



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

BRUNA LEGROSKI HENRIQUE

**ESTUDO BIBLIOMÉTRICO SOBRE A AUDITORIA E O SEU PAPEL COMO
FERRAMENTA DE GESTÃO DE RISCOS NAS EMPRESAS**

CURITIBA

2019

BRUNA LEGROSKI HENRIQUE

ESTUDO BIBLIOMÉTRICO SOBRE A AUDITORIA E O SEU PAPEL COMO
FERRAMENTA DE GESTÃO DE RISCOS NAS EMPRESAS

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista, Curso de Especialização em MBA em Auditoria Integral, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Blênio Cezar Severo Peixe

CURITIBA

2019

FOLHA/TERMO DE APROVAÇÃO

BRUNA LEGROSKI HENRIQUE

ESTUDO BIBLIOMÉTRICO SOBRE A AUDITORIA E O SEU PAPEL COMO FERRAMENTA DE GESTÃO DE RISCOS NAS EMPRESAS

Monografia aprovada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista, Curso de Especialização em MBA em Auditoria Integral, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná. Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Blênio Cezar Severo Peixe
Professor do Departamento de Ciências Contábeis

Prof.
Professor do Departamento de Ciências Contábeis

Prof.
Professor do Departamento de Ciências Contábeis

Curitiba, 24 de junho de 2019.

RESUMO

A importância da gestão de riscos para as empresas tem sido um tema bastante comentado nos últimos tempos. Nota-se também que, a cada dia mais, a área de auditoria vem se destacando nas organizações. Ambas tornaram-se essenciais para os gestores no momento da tomada de decisões importantes dentro das organizações com o intuito de aumentar a eficiência e a eficácia dos seus controles internos para otimizar os resultados. Este trabalho tem por objetivo elaborar uma bibliometria com base no estudo dos temas Auditoria e Gestão de Riscos. Esta pesquisa classifica-se como descritiva e explicativa quanto aos seus objetivos, bibliográfica e documental quanto aos procedimentos utilizados é qualitativa quanto à abordagem do problema. Conclui-se que a pesquisa realizada visando o levantamento das referências dos temas “riscos” e “auditoria” são escassas, pois de 100.723 resultados encontrados entre os anos de 2014 e 2018, foram localizados 20 artigos relacionados aos temas escolhidos para o desenvolvimento desta monografia, todos de estudos internacionais, que foram selecionados para dar continuidade no processo de análise.

Palavras-chave: Auditoria. Gestão de Riscos. Controles Internos.

ABSTRACT

The importance of risk management for companies has been a subject much commented in recent times. It is also noted that, every day, the audit area has been prominent in organizations. Both have become essential for managers when making important decisions within organizations in order to increase the efficiency and effectiveness of their internal controls to optimize results. This work aims to develop a bibliometry based on the study of the themes Audit and Risk Management. This research is classified as descriptive and explanatory as to its objectives, bibliographical and documentary as to the procedures used is qualitative in approach to the problem. It is concluded that the research carried out aiming to collect the references of the themes "risk" and "audit" are scarce, because of 100,723 results found between the years 2014 and 2018, 20 articles were found related to the topics chosen for the development of this monograph , all from international studies, which were selected to continue the analysis process.

Keywords: Audit. Risk Management. Internal Controls.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
1.1 CONTEXTO E PROBLEMA	7
1.2 OBJETIVOS	8
1.2.1 Objetivo Geral	8
1.2.2 Objetivos Específicos	8
1.3 JUSTIFICATIVA	8
2 REFERENCIAL TEÓRICO	10
2.1 PRINCIPAIS CONCEITOS DE AUDITORIA	10
2.2 ORIGEM DA AUDITORIA	11
2.2.1 No Mundo	11
2.2.2 No Brasil	12
2.3 CLASSIFICAÇÃO DA AUDITORIA	13
2.3.1 Auditoria Interna	14
2.3.2 Auditoria Externa	15
2.3.3 Diferenças entre Auditoria Interna e Externa	16
2.4 OBJETO E OBJETIVO DA AUDITORIA	17
2.5 GESTÃO DE RISCOS	18
2.5.1 Tipos de Riscos	21
2.5.2 Identificação, Análise e Classificação dos Riscos	23
2.5.3 Tratamento dos Riscos	25
2.5.4 Monitoramento e Prevenção dos Riscos	26
2.6 AUDITORIA E GESTÃO DE RISCOS	27
3 METODOLOGIA DA PESQUISA	37
3.1 TIPOLOGIA DA PESQUISA QUANTO AOS OBJETIVOS	37

3.2 TIPOLOGIA DA PESQUISA QUANTO AOS PROCEDIMENTOS	38
3.3 TIPOLOGIA DA PESQUISA QUANTO À ABORDAGEM DO PROBLEMA	38
4 LEVANTAMENTO DE DADOS E INFORMAÇÕES	39
4.1 BIBLIOMETRIA	39
4.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	41
4.2.1 Composição de Periódicos	42
4.2.2 Publicações por Ano	43
4.2.3 Classificação por Tema	43
4.2.4 Classificação por Autores e Filiação	44
4.2.5 Classificação Quanto as Tipologias de Pesquisa	45
4.2.6 Classificação das Referências	46
5 CONSOLIDAÇÃO DAS BIBLIOGRAFIAS	48
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS	52

1 INTRODUÇÃO

A introdução desta monografia se dá por meio da contextualização e criação do problema, pela definição dos objetivos gerais e específicos e pela justificativa.

1.1 CONTEXTO E PROBLEMA

Utiliza-se a bibliometria como uma ferramenta de análise do andamento da chamada produção intelectual de determinado assunto, sendo possível avaliá-la de diversas formas. Chueke e Amatucci descrevem a bibliometria da seguinte forma:

Enxergamos que as revisões sistêmicas de literatura, como no caso da bibliometria, servem de cartografia para mapear as origens dos conceitos existentes, apontar as principais lentes teóricas usadas para investigar um assunto e levantar as ferramentas metodológicas utilizadas em trabalhos anteriores. (CHUEKE e AMATUCCI, 2015, p.1).

Entende-se que a bibliometria colabora na sistematização de pesquisas realizadas sobre determinado assunto e na indicação de problemas a serem aprofundados futuramente, sendo assim, leva-se em consideração o fato de que o surgimento de novas ideias se dá através da discordância de ideias tidas anteriormente. “Tal concepção tem como premissa o fato de que devemos saber o que todos falam a respeito de um tema para evoluirmos em termos de conhecimento”. (CHUEKE e AMATUCCI, 2015, p.1).

Nesta monografia, o tema escolhido para elaboração de uma bibliometria foi a auditoria aliada ao processo de gestão de riscos, visto que este tem se tornado cada vez mais importante dentro das empresas e a auditoria, tanto interna quanto externa, também tem se mostrado uma ferramenta essencial no momento da tomada de decisões dos gestores ao auxiliar no aperfeiçoamento e cumprimento dos seus objetivos, visando à sobrevivência da empresa através dos riscos e oportunidades que surgem no mercado e afetam de alguma forma os valores estabelecidos pela mesma. O gerenciamento de riscos proporciona o tratamento eficaz das incertezas que as empresas enfrentam no dia-a-dia, o que pode melhorar a capacidade de gerar valor, contando com a ajuda dos profissionais de auditoria ao determinar estratégias para que

seja possível alcançar os objetivos estabelecidos pela empresa com eficiência.

Dessa forma, mostra-se o problema de pesquisa: como elaborar uma bibliometria com base no estudo dos temas Auditoria e Gestão de Riscos nas Empresas?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Este trabalho tem a intenção de elaborar uma bibliometria com base no estudo dos temas Auditoria e Gestão de Riscos.

1.2.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos deste trabalho são: Identificar as palavras chaves que serão pesquisadas para levantamento de informações sobre os temas Auditoria e Gestão de Riscos; Mapear os principais termos relacionados ao estudo dos temas Auditoria e Gestão de Riscos; Consolidar os principais achados sobre os temas Auditoria e Gestão de Riscos na literatura pesquisada; Demonstrar, a partir da análise das informações, o estado da arte sobre os temas Auditoria e Gestão de Riscos.

1.3 JUSTIFICATIVA

Este trabalho tem o intuito de demonstrar, de pontos de vista diferentes, a importância da auditoria e da gestão de riscos em empresas de qualquer segmento ao garantir a confiabilidade das informações e a integridade do patrimônio, utilizando diversas técnicas conforme as normas e procedimentos de auditoria para minimizar os riscos operacionais, fiscais, societários, ambientais, trabalhistas, previdenciários, sistêmicos, entre outros, tornando-as importantes ferramentas de gestão no momento da tomada de decisões importantes relacionadas ao futuro da empresa.

Sendo assim, esta monografia tem por objetivo servir como objeto de estudo,

auxiliando as pessoas interessadas nas áreas de auditoria e gestão de riscos, como estudantes, pesquisadores, professores, empresários e profissionais de auditoria. O trabalho será estruturado a partir de pesquisas bibliográficas e consistirá em definições e citações de autores condizentes com o tema, possibilitando a apresentação dos resultados e das análises a partir da bibliometria que será útil na contribuição para o aprofundamento do conhecimento sobre conceitos, publicações e autores com base em livros, artigos científicos, revistas, periódicos, bases de dados, etc., que permitem um melhor entendimento da auditoria e seus aspectos, assim como da importância da sua utilização no processo gestão de riscos das empresas.

A estrutura utilizada para a elaboração da presente monografia, consta desta introdução, do referencial teórico, da metodologia de pesquisa, do levantamento de dados e informações e da consolidação das bibliometrias condizentes com os principais temas abordados neste trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta abordagem teórica destacam-se os seguintes pontos: principais conceitos de auditoria, origem da auditoria, classificação da auditoria, objeto e objetivo da auditoria, gestão de riscos e auditoria e gestão de riscos.

2.1 PRINCIPAIS CONCEITOS DE AUDITORIA

O autor Attie (2011, p.5) descreve a auditoria como uma “especialização contábil voltada a testar a eficiência e eficácia do controle patrimonial implantado com o objetivo de expressar uma opinião sobre determinado dado”. Para isso, considera-se necessária a verificação das demonstrações contábeis, item por item, examinando também documentos, livros e registros que evidenciem os dados nelas demonstrados, assim como mandam as normas e procedimentos de auditoria, não se limitando apenas ao que está registrado, mas também às informações que foram negligenciadas de alguma forma. Sendo assim, a auditoria deve dispor de todas as provas que estiverem ao seu alcance para que seja possível a apuração da propriedade dos registros contábeis.

Outra conceituação interessante é apresentada por Hoog:

Auditoria contábil é o procedimento científico relativo à certificação dos elementos da riqueza azidental, normalmente contabilizados nas fundações, associações, sociedades empresária e simples. Assegurando a credibilidade das informações das peças contábeis e a integridade do conjunto de bens e obrigações e da situação líquida, visa a minimização ou eliminação dos riscos fiscais, societários, ambientais, trabalhistas, previdenciários, sistêmicos ou não da ambiência. (HOOG, 2007, p.65).

Para que ocorra essa certificação, torna-se necessário passar pelo processo de coleta de evidências para que as mesmas sejam comprovadas. Após esse procedimento, realiza-se uma avaliação dessas afirmações de acordo com os critérios estabelecidos e, por fim, comunica-se aos usuários das informações as conclusões e os resultados obtidos.

2.2 ORIGEM DA AUDITORIA

Pode-se dizer que a auditoria foi desencadeada pela necessidade de verificar e controlar os registros contábeis e as movimentações financeiras das empresas, juntamente com outros diversos fatores que vem influenciando a evolução, tanto da contabilidade quanto da auditoria, desde os seus primórdios.

2.2.1 No Mundo

Conforme Boyton (2001, p.34), “a auditoria começa em época tão remota quanto à contabilidade. Sempre que o avanço da civilização tinha implicado que a propriedade de um homem fosse confiada, em maior ou menor extensão, a outra, a desejabilidade da necessidade de verificação da fidelidade do último tornou-se clara”.

O nome do primeiro auditor e a história de como originou a auditoria são desconhecidos. Segundo Jund:

Provavelmente, pode ter sido um proficiente guarda-livros, a serviço de mercador italiano do século XV ou XVI que, pela reputação de sua sabedoria e conhecimento técnico, passou a ser consultado por outros sobre a escrituração de suas transações. Supõe-se que a auditoria se estabeleceu como profissão distinta da atividade contábil para um único usuário, no momento em que o especialista em escrituração deixou de praticá-la para prestar assessoria aos demais especialistas e mercadores, transformando-se em consultor público liberal. (JUND, 2001, p.4).

Embora a sua data de origem seja desconhecida e tão antiga quanto à da contabilidade, a auditoria foi reconhecida como profissão apenas no século XIX na Inglaterra, influenciada pela Revolução Industrial, que expandiu o capitalismo e impulsionou a profissão através do surgimento das primeiras fábricas que tinham uma grande demanda de capital.

Conta-se que, antes disso, os imperadores romanos já designavam a altos funcionários o poder de supervisionar as operações financeiras feitas pelos seus administradores provinciais e, verbalmente, esclarecer-lhes todos os ocorridos. No século II, na França, eram realizadas leituras públicas das contas que se encontravam em poder dos barões pelos funcionários escolhidos pela Coroa. Na Inglaterra, eram

outorgados pelo rei o direito aos barões de nomearem seus representantes oficiais, que estabeleceram os primeiros relatórios de auditoria chamados “Probatur Sobre as Contas”. No final do século XIII surgiu o termo auditor, citado sempre que o rei mencionava o exame das contas para a comprovação de que estivessem corretas, caso contrário os responsáveis eram punidos. A Inglaterra mantinha grandes companhias comerciais, das quais recolhia os impostos sobre os lucros com o intuito de desenvolver sua riqueza e se estabilizar como grande potência mundial. Com isso, foi o país que mais desenvolveu a auditoria, que começou a prosperar apenas séculos depois, logo após a crise de 1929.

Com o acontecimento da Revolução Industrial na Inglaterra, a demanda de capital e a expansão das atividades acabaram gerando problemas contábeis mais complexos e um maior volume de atividades empresariais. Na época, o trabalho do auditor se desenvolveu, porém era considerado proibitivo devido ao alto custo dos serviços, chegando-se à conclusão de que o papel de detectar erros e falhas poderia ser desempenhado por meio de um sistema eficaz de controle interno. Dessa forma, o papel do profissional de auditoria nas organizações mudou e, ao invés de buscar erros ou confirmar a exatidão do balanço, passou a ser feito com o exame do sistema de testes de evidências que permite a emissão de parecer sobre a confiabilidade de todas as demonstrações financeiras. Porém, a verdadeira necessidade da auditoria surgiu quando a institucionalização do investidor capitalista passou a solicitar relatórios sobre seus investimentos e os resultados econômicos da empresa em que investiu.

2.2.2 No Brasil

Não existem registros de quando a auditoria surgiu exatamente no Brasil. Sabe-se que o primeiro parecer de auditoria no país foi publicado em 1903, referente aos livros da empresa São Paulo Tramway, Light and Power Company. Já a primeira empresa de auditoria reconhecida no Brasil surgiu em 1909, com o nome de Mc-Auliffe Davis Bell & Co., conhecida atualmente com o nome de Arthur Andersen S.C., seguida da empresa Price Waterhouse, em 1915.

A evolução da auditoria no Brasil está primeiramente relacionada com a instalação de empresas internacionais de auditoria independente, uma vez que investimentos também internacionais foram aqui implantados e compulsoriamente tiveram de ter suas demonstrações contábeis auditadas. (ATTIE, 2011, p.8).

Sua evolução no Brasil teve como influência, além da instalação de filiais e subsidiárias de empresas internacionais, pontos como o financiamento de empresas brasileiras pelas firmas estrangeiras, a expansão das empresas nacionais e a variação de suas atividades, o crescimento do mercado de capitais e a criação das normas de auditoria pelo Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários e da Lei das Sociedades Anônimas.

Em 1976 foi dado um passo importante para a estabilização da auditoria no país, com o surgimento da Lei nº 6.404 (Lei da Sociedade por Ações) que tornou obrigatório o trabalho do auditor independente ao examinar as demonstrações contábeis em empresas de capital aberto. Nesse mesmo período foi criada pela Comissão de Valores Mobiliários a Lei nº 6.385 que designou a fiscalização para as atividades dos auditores independentes.

Contudo, a auditoria foi reconhecida apenas em 1968 e oficializada no Brasil em 1972, no momento em que foram criadas as normas de auditoria para o ramo de mercado financeiro pelo Banco Central do Brasil e passou a ser obrigatoriamente aplicada na Bolsa de Valores, embora nota-se que o mercado no geral utiliza-se a auditoria como um meio de validação de resultados por ser considerada uma ferramenta de gestão de riscos para as empresas. No mesmo ano, também foram criadas regulamentações pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela formação de um órgão nacional voltado aos profissionais da área, o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.

2.3 CLASSIFICAÇÃO DA AUDITORIA

A auditoria pode ser classificada de duas formas, sendo elas interna ou externa, diferenciadas pelos seus objetivos e pela forma como os métodos e procedimentos são executados em cada uma delas, porém percebe-se que ambas se complementam.

2.3.1 Auditoria Interna

A finalidade da auditoria interna define-se em acrescentar valor aos resultados da empresa, tanto em pessoas jurídicas de direito privado quanto público, por meio da melhoria dos processos, da gestão e dos controles internos. As recomendações dadas pelo auditor servem para assessorar a administração a desempenhar as suas funções e responsabilidades e realizam-se mediante exames, análises, avaliações, levantamentos e comprovações, além de terem vista o gerenciamento de riscos para que os objetivos da organização sejam cumpridos.

Percebe-se a auditoria interna como um controle gerencial realizado por um funcionário contratado permanentemente pela própria empresa para medir, avaliar e vistoriar a eficiência e a eficácia dos demais controles contábeis, financeiros e operacionais existentes dentro desta empresa. Assim explicam Hoog e Carlin:

Aquela em que o serviço é praticado por contadores empregados das sociedades, associações e fundações que os contratam para tal. A aplicação dos trabalhos tem fundamento na validação e avaliação dos controles internos e demais procedimentos, pois, devido à falta de independência, uma vez que o profissional é empregado, está impedido o mesmo de dar uma opinião para interessados ou usuários externos, sobre a adequação das demonstrações contábeis encerradas. (HOOG e CARLIN, 2007, p.55).

O auditor interno documenta os fatos, informações e provas obtidas por meio dos chamados papéis de trabalho, que tem por fim deixar em evidência os exames realizados e dar opiniões, fazer críticas, sugerir e recomendar soluções para as não conformidades encontradas durante todo o processo da auditoria interna. Dessa forma, a administração da organização precisa ser informada, por escrito, sobre as irregularidades detectadas e a prevenção de possíveis fraudes e erros que envolvam e prejudiquem os processos da empresa.

Verifica-se que os procedimentos da auditoria interna realizam-se mediante testes de observância e testes substantivos, que servem para melhor fundamentar as conclusões tiradas pelo auditor. Os testes de observância possibilitam o alcance de certa segurança quanto ao funcionamento dos controles internos definidos pela administração da empresa, enquanto os testes substantivos evidenciam a exatidão, a

suficiência e a validade dos dados gerados pelos sistemas da empresa. A partir dos testes realizados surgem as chamadas “evidências”, consideradas suficientes, fidedignas, relevantes e úteis para que as conclusões e recomendações dadas aos administradores da empresa sejam eficazes.

Reportam-se os resultados obtidos durante o trabalho da auditoria interna por meio de relatório, escrito com imparcialidade e objetividade, contendo os pontos a seguir: O objetivo e a extensão dos trabalhos; A metodologia adotada; Os principais procedimentos de auditoria aplicados e sua extensão; Eventuais limitações ao alcance dos procedimentos de auditoria; A descrição dos fatos constatados e as evidências encontradas; Os riscos associados aos fatos constatados; As conclusões e as recomendações resultantes dos fatos constatados. (VELTER e MISSAGIA, 2012).

Contudo, mesmo havendo a auditoria interna, as sociedades empresárias contratam os serviços de auditores externos para ter uma melhor avaliação das informações e dos procedimentos de controles internos.

2.3.2 Auditoria Externa

A auditoria externa, assim como a auditoria interna, tem como intuito a: Comprovação, pelo registro, de que são exatos os fatos patrimoniais; Sugestão das providências cabíveis, visando à prevenção de erros e fraudes; Verificação de que a contabilidade é satisfatória sob o aspecto sistemático e de organização; Verificação do funcionamento do controle interno; Demonstração dos erros e fraudes encontrados; Proposição de medidas de previsão de fatos patrimoniais, com o propósito de manter a empresa dentro dos limites de organização e legalidade. (JUND, 2001). Ou seja, considera-se que analisar a fidedignidade das demonstrações financeiras da empresa e situar a alta administração sobre a regularidade, ou não, das suas atividades, seguindo as normas usuais de auditoria, como seu principal objetivo. Dessa forma, a existência de uma auditoria interna eficaz torna-se algo positivo para o auditor externo, no momento de avaliar os controles internos da entidade.

Na auditoria externa considera-se o profissional como independente, pois o mesmo não possui vínculo empregatício e nenhum outro tipo de ligação com a empresa para a qual está prestando seus serviços, o que a faz ser mais confiável.

A auditoria independente realiza o exame das demonstrações contábeis de uma empresa com o propósito de expressar uma opinião sobre a justeza com que apresentam a situação financeira e o resultado das operações para o período examinado. Um auditor independente pode executar muitos tipos de serviços para seu cliente, mas sua função primordial é, realmente, expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. (ATTIE, 2011, p.284).

Dessa forma, o auditor externo devidamente credenciado por órgãos específicos como o Conselho Regional de Contabilidade (CRC), a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o Banco Central (BACEN), etc., atua por conta própria e expressa suas opiniões com imparcialidade a respeito da conformidade das demonstrações contábeis e dos procedimentos internos da empresa.

2.3.3 Diferenças entre Auditoria Interna e Externa

A diferença entre a auditoria interna e a externa se dá a partir da posição de quem está realizando-a. Quando realizada por um membro da empresa é considerada interna, da mesma forma que quando realizada por um elemento independente da organização, considera-se externa.

QUADRO 1 – AUDITORIA INTERNA X AUDITORIA EXTERNA

Interna	Externa
Empregado da própria instituição.	Empregado sem vínculo, contratado pela instituição
Auxiliar a alta administração.	Garantir a fidedignidade das demonstrações contábeis.
O exame do controle interno visa verificar, avaliar e estabelecer a adequação, a extensão do cumprimento e a qualidade de execução das normas.	O exame do controle interno é efetuado para indicar a extensão que devem ter os processos de auditoria independente.
Trabalhos executados de acordo com as oportunidades das funções operacionais.	Trabalhos pautados de acordo com a relevância das cifras constantes das demonstrações contábeis.
Adequação do controle interno em relação a prevenção de fraudes e perdas.	Interessa-se pela prevenção e percepção de fraude, e mais objetivamente para verificar as ocorrências pelas quais foi contratado
Relativa independência profissional.	Total independência profissional.
Exame contínuo das atividades.	Exame em função do eventual reflexo na posição financeiro-patrimonial.

FONTE: Castro e Lima (2001).

Conforme Castro e Lima:

A auditoria interna tem como função principal avaliar se as atividades desenvolvidas pela empresa estão em conformidade com as suas normas internas, posicionando a alta direção para a tomada de decisões ou para a correção de possíveis distorções que possam vir a ser verificadas, sendo desempenhada por profissional especialmente designado para essa função, não podendo o mesmo exercer atividades que um dia possa vir a auditar. (CASTRO e LIMA, 2001, p.22).

O auditor interno realiza a auditoria operacional e contábil, com o objetivo de elaborar um relatório para demonstrar à administração da empresa, a quem se destina exclusivamente o uso dos relatórios, o que foi ou está sendo realizado, as conclusões tiradas e as orientações e medidas a serem tomadas quanto aos controles internos.

Ainda na concepção de Castro e Lima:

A auditoria externa tem como função principal avaliar se as demonstrações financeiras da instituição são fidedignas, posicionando a alta direção sobre a regularidade, ou não, do desempenho de suas atividades, sendo realizada por profissional absolutamente independente da empresa. (CASTRO e LIMA, 2001, p.22).

O auditor externo realiza apenas a auditoria contábil e tem o objetivo de elaborar um parecer sobre as demonstrações contábeis da empresa auditada, que, além de serem destinados à administração, também são para uso do público externo.

2.4 OBJETO E OBJETIVO DA AUDITORIA

Considera-se como objeto da auditoria o reconhecimento de forma geral do patrimônio de uma empresa, avaliado de maneira qualitativa e quantitativa, como explicam Franco e Marra:

A auditoria compreende o exame de documentos, livros e registros, inspeções e obtenção de informações e confirmações, internas e externas, relacionados com o controle do patrimônio, objetivando mensurar a exatidão desses registros e das demonstrações contábeis deles decorrentes. Os exames são efetuados de acordo com as normas de auditoria usualmente aceitas e incluem os procedimentos que os auditores julgarem necessários, em cada circunstância, para obter elementos de convicção, com o objetivo de comprovar se os registros contábeis foram executados de acordo com os princípios fundamentais e normas de contabilidade e se as demonstrações contábeis deles decorrentes refletem adequadamente a situação econômico-financeira do patrimônio, os resultados do período administrativo examinado e outras situações nelas demonstradas. (FRANCO e MARRA, 2001, p.28).

Enquanto acredita-se que o seu objetivo principal seja assegurar a fidedignidade das informações divulgadas nas demonstrações contábeis, possibilitando a apresentação e a valorização dos bens, direitos e obrigações da empresa conforme as práticas contábeis.

Segundo o autor Attie:

O objetivo do exame normal de auditoria das demonstrações contábeis é expressar uma opinião sobre a propriedade das mesmas, e assegurar que elas representem em seu conjunto adequadamente a posição patrimonial e financeira, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e os demais demonstrativos correspondentes aos períodos em exame, de acordo com as práticas contábeis no Brasil. (ATTIE, 2011, p.12).

Sendo assim, têm-se que o objetivo da auditoria seja aumentar a confiabilidade das demonstrações contábeis por parte dos usuários, o que é obtido no momento em que o auditor expressa sua opinião sobre se as mesmas foram elaboradas considerando todos os aspectos relevantes e seguindo a estrutura aplicável de relatório financeiro.

2.5 GESTÃO DE RISCOS

Considera-se o gerenciamento de riscos uma das atividades do processo de gestão, o qual se direciona a cumprir os objetivos determinados pela empresa em questão, tomando como base os riscos e oportunidades que possam afetar de alguma forma os valores estabelecidos pela mesma.

Segundo o *Committee of Sponsoring Organization of the Treadway Commission* (COSO):

O gerenciamento de riscos corporativos enriquece o diálogo da administração ao enfatizar os pontos fortes e fracos de uma estratégia, à medida que as condições se alteram, e o grau de adequação da estratégia à missão e visão da organização. Ele proporciona à administração mais segurança em relação ao fato de que estratégias alternativas foram consideradas e de que seus impactos foram avaliados por membros da organização que executarão a estratégia selecionada. Uma vez definida a estratégia, o gerenciamento de riscos corporativos constitui um meio eficaz para a administração cumprir seu papel, uma vez que a organização demonstra estar atenta aos riscos que podem afetar sua estratégia e apta a gerenciá-los. A utilização do gerenciamento de riscos corporativos gera confiança e proporciona segurança aos *stakeholders*, especialmente no contexto atual, que exige um nível de vigilância jamais visto sobre como o risco é tratado e gerenciado. (COSO, 2017, p.1).

O gerenciamento de riscos é realizado na organização pelo conselho de administração, diretoria e demais empregados, por meio de estratégias que servem para identificar eventos em potencial que podem afetá-la, mantendo-os alinhados ao seu apetite a risco. Esses eventos são classificados como riscos ou oportunidades, sendo a diferença entre eles relacionada ao impacto causado com o seu acontecimento. Os riscos são reconhecidos quando apresentam impactos negativos comparados aos valores da empresa, que podem impossibilitar a criação de um valor ou até mesmo extinguir um já existente. Já as oportunidades são consideradas de impacto positivo, pois são vistas como favoráveis em relação à realização dos objetivos da empresa e possibilitam a constituição de novos valores e a conservação dos que já existem. (COSO, 2007; IBGC, 2007).

Dentro do gerenciamento de riscos corporativos existe um conjunto de princípios chamados de *Framework*, composto por cinco componentes inter-relacionados, sendo eles:

1. *Governance and Culture* (Governança e cultura): a governança dá o tom da organização, reforçando a importância e instituindo responsabilidades de supervisão sobre o gerenciamento de riscos corporativos. A cultura diz respeito a valores éticos, a comportamentos esperados e ao entendimento do risco em toda a entidade.
2. *Strategy and Objective-Setting* (Estratégia e definição de objetivos): gerenciamento de riscos corporativos, estratégia e definição de objetivos atuam juntos no processo de planejamento estratégico. O apetite a risco é estabelecido e alinhado com a estratégia; os objetivos de negócios colocam a estratégia em prática e, ao mesmo tempo, servem como base para identificar, avaliar e responder aos riscos.
3. *Performance*: os riscos que podem impactar a realização da estratégia e dos objetivos de negócios precisam ser identificados e avaliados. Os riscos são priorizados com base no grau de severidade, no contexto do apetite a risco. A organização determina as respostas aos riscos e, por fim, alcança uma visão consolidada do portfólio e do montante total dos riscos assumidos. Os resultados desse processo são comunicados aos principais *stakeholders* envolvidos com a supervisão dos riscos.
4. *Review and Revision* (Análise e revisão): ao analisar sua performance, a organização tem a oportunidade de refletir sobre até que ponto os componentes do gerenciamento de riscos corporativos estão funcionando bem ao longo do tempo e no contexto de mudanças relevantes, e quais correções são necessárias.
5. *Information, Communication, and Reporting* (Informação, comunicação e divulgação): o gerenciamento de riscos corporativos demanda um processo contínuo de obtenção e compartilhamento de informações precisas, provenientes de fontes internas e externas, originadas das mais diversas camadas e processos de negócios da organização. (COSO, 2017, p.6).

O gerenciamento de riscos também é formado por oito componentes, que são:

O ambiente interno, onde é compreendida a filosofia da empresa, seus valores e como ela lida com os riscos; A fixação de objetivos, que deve ser realizada antes mesmo de identificar os eventos em potencial, estando os objetivos alinhados com a missão da empresa e o seu apetite a risco; A identificação de eventos, no qual estes são identificados e classificados como riscos ou oportunidades conforme sua influência em relação aos objetivos traçados; A avaliação de riscos, etapa em que são analisados considerando a probabilidade e impacto que irão causar e o período em que devem ser estudados; A resposta ao risco, em que se escolhe evitar, aceitar, reduzir ou compartilhar os riscos conforme a tolerância e o apetite que foram definidos nas etapas anteriores; As atividades de controle, que são os procedimentos realizados para que se tenha certeza de que as medidas definidas sejam cumpridas de forma eficaz; As informações e comunicações, etapa na qual são colhidas as informações e comunicadas de maneira que seja possível o cumprimento das suas responsabilidades em todos os níveis da organização; E o monitoramento, realizado por meio de atividades gerenciais contínuas e avaliações para que sejam realizadas as modificações necessárias. Para que sejam alcançados os objetivos de uma empresa, é necessário compreender que há uma relação direta entre eles e os componentes do gerenciamento de riscos. (COSO, 2007).

Na Figura 1, são demonstrados esses componentes em uma matriz em forma de cubo:

FIGURA 1 – “CUBO” DE GERENCIAMENTO DE RISCOS



FONTE: COSO – Gerenciamento de Riscos Corporativos – Estrutura Integrada (2007).

No cubo, as categorias de objetivos (estratégico, operacional, comunicação e conformidade) são representadas nas colunas verticais, enquanto nas linhas horizontais constam os componentes do gerenciamento de riscos corporativos e na terceira parte aparecem as unidades presentes em uma organização. “Essa representação ilustra a capacidade de manter o enfoque na totalidade do gerenciamento de riscos de uma organização, ou na categoria de objetivos, componentes, unidade da organização ou qualquer um dos subconjuntos”. (COSO, 2007, p.7).

Nota-se que a gestão de riscos está inclusa nas responsabilidades da empresa e em todos os processos da organização. Dessa forma, o êxito da gestão de riscos se dá com a eficácia da estrutura criada para a gestão, pois esta integra toda a organização e certifica que as informações relacionadas aos riscos sejam devidamente reportadas e utilizadas no momento da tomada de decisões pelos administradores.

Verifica-se que um dos objetivos da gestão de riscos é alinhar o apetite a risco com as estratégias da empresa, bem como, fortalecer as decisões, diminuir o impacto das possíveis perdas, gerenciar riscos entre os processos, dispor das oportunidades e otimizar o seu capital.

2.5.1 Tipos de Riscos

Segundo o IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa:

Não há um tipo de classificação de riscos que seja consensual, exaustivo e aplicável a todas as organizações; a classificação deve ser desenvolvida de acordo com as características de cada organização, contemplando as particularidades da sua indústria, mercado e setor de atuação. (IBGC, 2007, p.17).

Comumente, classificam-se os tipos de riscos quanto a sua origem e natureza. A origem dos eventos pode ser externa ou interna e a natureza divide-se em estratégica, operacional e financeira.

QUADRO 2 – EXEMPLO DE CATEGORIZAÇÃO DOS RISCOS

		Tipos	Natureza dos Riscos		
			Estratégico	Operacional	Financeiro
Origem dos Eventos	Externo	Macroeconômico			
		Ambiental			
		Social			
		Tecnológico			
		Legal			
	Interno	Financeiro			
		Ambiental			
		Social			
		Tecnológico			
		Conformidade			

FONTE: Adaptado de Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC (2007).

Os riscos externos associam-se a ambientes em que a empresa não opera, o que a impossibilita de interferir diretamente sobre eles e exige um maior preparo da empresa no momento de reagir aos mesmos. (IBGC, 2007). Os riscos internos têm origem dentro da estrutura da organização, por meio dos seus processos, quadro de pessoal ou ambiente de tecnologia e, dessa forma, tem a possibilidade e o dever de intervir no acontecimento desses eventos. (IBGC, 2007).

Os riscos estratégicos são os que, ao ocorrerem, afetam os objetivos estratégicos de uma organização, causando danos devido a incapacidade da empresa se defender dos eventos negativos. Estão ligados às decisões tomadas pela alta administração e acabam gerando perda no valor econômico da organização. (IBGC, 2007; BARALDI, 2011). Os riscos operacionais ocorrem devido as falhas nos processos internos e prejudicam a empresa ao atingir seus objetivos ligados aos processos e operações da mesma. Estão ligados às possíveis perdas e resultam das falhas nos processos internos, pessoas e sistemas, o que causa a redução e até mesmo a interrupção das atividades da empresa, além de impactar negativamente em sua reputação perante a sociedade. (IBGC, 2007; BARALDI, 2011).

Os riscos financeiros são divididos em riscos de mercado, de crédito e de liquidez, estando estes ligados à exposição das operações financeiras e a má administração dos fluxos de caixa da empresa. São ocasionados por eventos que impactam na sua saúde financeira e na sua liquidez, devido a uma administração financeira inadequada que pode levar a um alto índice de endividamento e causar

prejuízos. (IBGC, 2007; BARALDI, 2011).

2.5.2 Identificação, Análise e Classificação dos Riscos

O processo de identificação dos riscos inicia-se ao delinear o conjunto de eventos que possivelmente poderão afetar, de alguma forma, os objetivos da empresa. Este precisa ser acompanhado e aprimorado com frequência, visto que pode refletir na cultura e no perfil de riscos da organização, isto é, no quanto a mesma aceita se expor ao risco, o que compreende tanto o seu nível de apetite quanto ao de tolerância definidos pelo conselho de administração e pela diretoria da empresa.

Conforme Velter e Missagia:

O objetivo do auditor na Identificação e Avaliação dos Riscos de Distorção Relevante por meio do entendimento da entidade e do seu ambiente é identificar e avaliar os riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro, nos níveis de demonstração contábil e afirmações, por meio do entendimento da entidade e do seu ambiente, inclusive do controle interno da entidade, proporcionando, assim, uma base para o planejamento e a implementação das respostas aos riscos identificados de distorção relevante. (VELTER e MISSAGIA, 2012, p.259).

Antes de decidir qual o tratamento a ser dado, efetua-se uma avaliação dos riscos já identificados. Essa fase consiste em estabelecer o efeito potencial do risco na organização, cogitando qual a probabilidade de que ocorra determinado evento e o impacto causado com a sua ocorrência, conforme demonstrado na matriz Quadro 3:

QUADRO 3 – MATRIZ DE PROBABILIDADE X IMPACTO

Probabilidade / Impacto	Sem Impacto	Leve	Médio	Grave	Gravíssimo
Quase Certo	Risco Elevado	Risco Elevado	Risco Extremo	Risco Extremo	Risco Extremo
Alta	Risco Moderado	Risco Elevado	Risco Elevado	Risco Extremo	Risco Extremo
Média	Risco Baixo	Risco Moderado	Risco Elevado	Risco Extremo	Risco Extremo
Baixa	Risco Baixo	Risco Baixo	Risco Moderado	Risco Elevado	Risco Extremo
Raro	Risco Baixo	Risco Baixo	Risco Moderado	Risco Elevado	Risco Elevado

FONTE: Adaptado de www.blog.luz.vc (2015).

A avaliação consiste na comparação do nível de risco obtido no processo de análise com os métodos estabelecidos no âmbito em que foram considerados. Ao analisar e avaliar os riscos pode-se observar qual a necessidade e a prioridade dos eventos em questão serem tratados e as estratégias mais adequadas a serem utilizadas, considerando que um evento pode causar consequências variadas e influenciar até mesmo nos propósitos traçados pela empresa.

Existem casos em que os riscos são considerados interdependentes, causando diversos impactos sobre diferentes tipos de riscos e em áreas variadas. Nesse caso, o grau de exposição da organização quanto ao risco calcula-se multiplicando o valor do impacto financeiro pela probabilidade de ocorrência do evento. Como ferramenta de auxílio no momento da classificação quanto à prioridade de resolução dos riscos pode-se utilizar a Matriz GUT, a qual possibilita a categorização dos eventos conforme a sua gravidade, a urgência de que seja resolvido e a tendência de piora Quadro 4.

QUADRO 4 – MATRIZ GUT

G	U	T
Gravidade	Urgência	Tendência
5 = extremamente grave	5 = precisa de ação imediata	5 = irá piorar rapidamente se nada for feito
4 = muito grave	4 = é urgente	4 = irá piorar em pouco tempo se nada for feito
3 = grave	3 = o mais rápido possível	3 = irá piorar
2 = pouco grave	2 = pouco urgente	2 = irá piorar a longo prazo
1 = sem gravidade	1 = pode esperar	1 = não irá mudar

FONTE: Adaptado de www.jorgenca.blogspot.com (2015).

Dessa forma, tomam-se as decisões com base no contexto e nos critérios de risco definidos pela empresa, sendo que alguns casos necessitam de uma análise mais aprofundada da situação, com base em requisitos legais, regulatórios e etc.

2.5.3 Tratamento dos Riscos

Após a identificação e a análise, verificam-se os tratamentos a serem dados aos riscos, baseando-se no efeito quanto à probabilidade de que o evento aconteça efetivamente e o impacto que irá causar, levando em consideração os custos e os benefícios que trarão para a empresa.

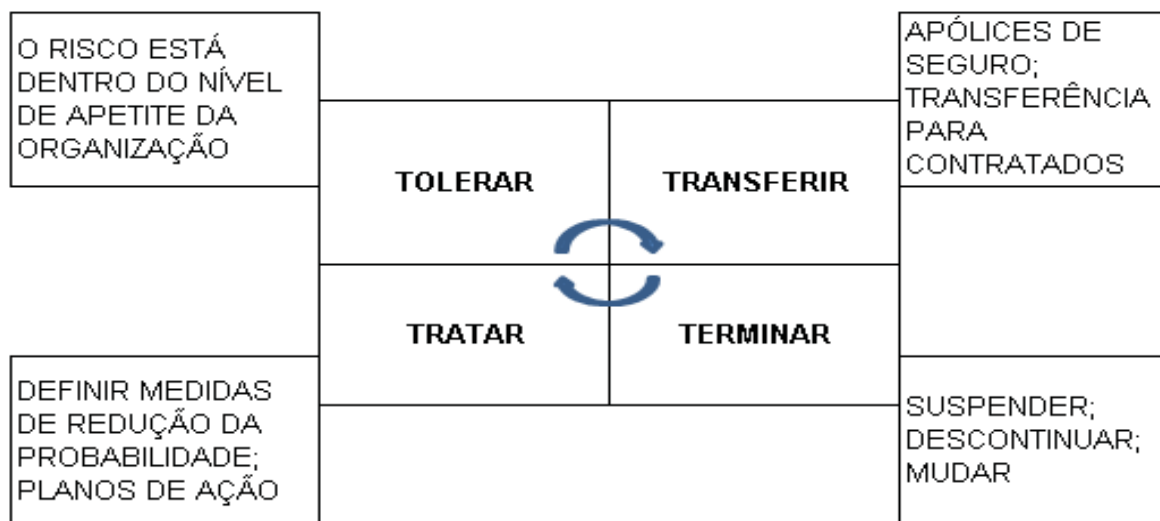
A avaliação dos riscos de distorção relevante no nível das demonstrações contábeis e, conseqüentemente, as respostas gerais do auditor são afetadas pelo entendimento do auditor do ambiente de controle. Um ambiente de controle eficaz pode permitir que o auditor tenha mais confiança no controle interno, e a confiabilidade da evidência de auditoria gerada internamente na entidade pode, portanto, permitir que o profissional execute alguns procedimentos de auditoria em data intermediária em vez do final do período, por exemplo. (VELTER e MISSAGIA, 2012, p.303).

Portanto, as respostas para o tratamento dos riscos se dão ao evitá-los ou aceitá-los. Quando se decide por evitar, a organização opta por descontinuar as atividades que podem acarretar os riscos, ou seja, preferem não se envolver e se retirar da situação de risco.

Já quando é decidido por aceitar quer dizer que o nível dos riscos está dentro do designado como apetite a risco pela empresa e as decisões a serem tomadas envolvem retê-los, reduzi-los, transferi-los ou compartilhá-los e explorá-los. Reter os riscos significa que a empresa decidiu mantê-los no estado de probabilidade e impacto no qual se encontra, não tomando nenhuma medida. Ao tentar reduzi-los, as medidas tomadas têm a intenção de diminuir o seu impacto e/ou a probabilidade de que ocorra.

Outra forma de redução se dá ao transferir ou compartilhar os riscos, como adquirir uma cobertura de seguros para certos eventos ou ao terceirizar alguns serviços, por exemplo. Quanto a explorá-los, acaba elevando o nível de exposição ao risco e oferece certos tipos de vantagens competitivas à organização. (COSO, 2007; IBGC, 2007; VELTER e MISSAGIA, 2011).

QUADRO 5 – MODELO DE RESPOSTAS – 4 T'S



FONTE: Adaptado de www.artan.com.br (2013).

Ao decidir qual o tratamento a ser dado aos riscos identificados, também consideram-se os valores e concepções das partes interessadas, pois estes podem afetar a todos os envolvidos. Ou seja, deve-se escolher a opção mais adequada, equilibrando os custos, os esforços de implementação e os benefícios decorrentes da decisão tomada.

2.5.4 Monitoramento e Prevenção dos Riscos

Para o IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa:

Os riscos podem ser reduzidos pela prevenção – diminuição da probabilidade de ocorrência e/ou diminuição do impacto financeiro esperado sobre a organização, caso o evento ocorra – e/ou pela remediação – controle dos danos após a ocorrência do evento. Para o risco cujo impacto possa afetar adversamente a continuidade da operação, faz-se necessária a elaboração de um plano de contingência adequado e continuamente testado. (IBGC, 2007, p.24).

Devido às constantes mudanças que ocorrem no dia-a-dia das empresas e no gerenciamento de riscos corporativos, exige-se um contínuo monitoramento do funcionamento deste para que não se perca a eficácia dos procedimentos e das

atividades de controles dos riscos. Com o passar do tempo, os métodos anteriormente decididos para prevenção podem não ser mais tão eficazes, seja por atividades que deixaram de ser executadas, por objetivos que mudaram, ou quaisquer outros motivos que podem influenciar na eficiência dos controles da organização.

Na visão de Carvalho:

O monitoramento é a avaliação dos controles internos ao longo do tempo, a fim de verificar se os controles internos são adequados e efetivos. Ele é feito tanto através do acompanhamento contínuo das atividades, quanto através de avaliações pontuais, tais como auto-avaliação, revisões eventuais e auditoria interna.

Os controles são adequados quando os cinco elementos do controle (ambiente, avaliação de riscos, atividade de controle, informação e comunicação, monitoramento) estão presentes e funcionando conforme planejado. (CARVALHO, 2007, p.294).

Portanto, percebe-se a necessidade da regularidade ao checar os processos definidos para a gestão de riscos da empresa, visto que esse ato também serve como prevenção contra o acontecimento de eventos não desejados assegurando que os controles permaneçam eficientes e eficazes, adicionando melhorias nos processos de gestão, permitindo a melhor análise de eventos para que se aprenda com eles indiferente do que resultaram para a empresa, identificando possíveis mudanças internas e externas que podem levar a alterações na forma como estão sendo tratados os riscos e na identificação de situações em que eles podem estar em crescimento e causar prejuízos para a empresa. (IBGC, 2007; ISO, 2009).

2.6 AUDITORIA E GESTÃO DE RISCOS

Segundo Gramling, Rittenberg e Johnstone:

O risco é um ingrediente natural da atividade empresarial. Entretanto, como descobrimos recentemente com a crise financeira, aqueles que não são controlados e enfrentados podem prejudicar o funcionamento de empresas – tanto grandes quanto pequenas. O risco também se manifesta diariamente: sempre há o risco de que o produto novo falhe, que ocorram eventos econômicos inesperados, ou haja um resultado pouco provável. A maneira pela qual uma organização gere esses inconvenientes afeta tanto a viabilidade financeira da própria organização quanto o enfoque do auditor para auditá-la. Algumas empresas possuem mecanismos de controle para identificar, gerir, atenuar ou controlar riscos. O auditor precisa entender (a) as ameaças que afetam as operações do cliente e (b) quão bem a administração identifica e lida com elas. (GRAMLING, RITTENBERG e JOHNSTONE, 2012, p.107).

O auditor, além de dar atenção às informações financeiras, também precisa estar atento aos riscos contidos nas mesmas, preocupando-se em utilizar a gestão de riscos em seu trabalho para que estes não influenciem negativamente as demonstrações contábeis da empresa. Sendo assim, o auditor precisa estar devidamente instruído para dar suporte à Alta Administração e aos Gestores no momento da tomada de decisões, pois seu trabalho considera-se essencial ao auxiliar na identificação de riscos e falhas que possam prejudicar os resultados desejados pela empresa e a eficiência e eficácia do seu trabalho, o qual permite que sejam feitas recomendações para correção e prevenção dos riscos identificados.

Os riscos são os elementos incertos e as expectativas que agem constantemente sobre os objetivos e metas, sobre os meios estratégicos e o ambiente e que provocam os desastres financeiros, até mesmo naturais e morais, e, por consequência, se bem gerenciados, forçam a criatividade e fazem nascer as oportunidades. Assim, as oportunidades (inclusive os retornos e as metas positivas) surgem do gerenciamento dos riscos, principalmente em como vamos nos comportar diante de nossas percepções e ações sobre os riscos que devemos gerenciar em todas as situações da vida. (BARALDI, 2011, p.6).

Têm-se como objetivo da auditoria de gestão de riscos os princípios, a estrutura e os processos com os quais se pratica o gerenciamento dos riscos. Dentre os seus propósitos estão: definir a maturidade da gestão da empresa, localizar os pontos a serem otimizados e emitir relatório detalhado com as conclusões obtidas. Dessa forma, após o estudo das características e necessidades da empresa, diz respeito a cada equipe de auditoria designar os procedimentos a serem seguidos e as formas de coletar as informações necessárias para o desenvolvimento do trabalho. (JUND, 2001; ZAMITH, 2007; VELTER e MISSAGIA, 2012).

A maioria das empresas de auditoria utiliza um enfoque de “risco” na realização de auditorias. Melhor ainda, elas usam um enfoque de “risco empresarial”. A premissa básica é a de que o auditor deve entender a estrutura básica do negócio do cliente para poder identificar riscos significativos que o afetam. Por exemplo, o auditor de um banco deve possuir conhecimento substancial a respeito da economia do setor na região atendida pelo banco, sua estrutura de capital, os tipos de empréstimos concedidos, e assim por diante, para determinar a probabilidade de que os empréstimos sejam restituídos e o banco sobreviva. De maneira semelhante, uma compreensão das estratégias usadas pela administração ajudará o auditor a avaliar resultados financeiros preliminares e identificar áreas que necessitam de maior atenção. (GRAMLING, RITTENBERG e JOHNSTONE, 2012, p.20).

O objetivo do auditor, após entender a entidade, seu ambiente e seus controles internos, é identificar e avaliar os riscos independente do que os causou, para que seja possível o planejamento e a implementação das respostas aos riscos identificados. Entender a entidade mostra-se um processo contínuo, para que seja feito o planejamento da auditoria a ser realizada e o julgamento profissional em relação à extensão do entendimento exigido. As informações obtidas pela execução dos procedimentos definidos podem ser utilizadas pelo auditor como evidências de auditoria, sendo determinada por ele a relevância de cada informação para que obtenha conclusões razoáveis que fundamentem a sua opinião, considerando a materialidade, a importância do risco, o tamanho da entidade, a natureza dos seus negócios, a diversidade e complexidade das suas operações, as exigências legais e regulatórias que podem ser aplicadas à situação, as circunstâncias e os componentes do controle interno, a natureza e a complexidade dos sistemas de controle interno e como determinado controle impede, detecta e corrige a distorção causada pelo risco. (VELTER E MISSAGIA, 2012).

Brito, sobre a gestão de riscos operacionais:

Para se realizar essa atividade, deve-se ter acesso a todos os eventos de riscos e ser o responsável pela criação e manutenção da base de perdas e de modelos internos para mensuração e alocação de capital para os riscos operacionais. Deve-se organizar as reuniões sobre o assunto, assim como relatórios com o *status* dos planos de ação e indicadores de riscos operacionais. (BRITO, 2007, p.193).

Dentro da empresa existe o chamado comitê de auditoria, com o intuito de reforçar o ambiente de riscos enquanto são discutidos temas que envolvam os controles internos da organização, os trabalhos realizados pela auditoria interna, a integridade das informações que constam nas demonstrações financeiras e os resultados obtidos pela auditoria externa em seus trabalhos. O comitê, além de contar com profissionais ligados a organização, é formado por membros que não fazem parte da diretoria e são especialistas em demonstrações financeiras, tendo certa independência em seu dia-a-dia. (BRITO, 2007).

Ao se tratar de gerenciamento de riscos, a auditoria é considerada como uma atividade independente das outras dentro da organização, sendo reconhecida como

parte do monitoramento contínuo do ambiente de riscos. Uma gestão eficaz dos riscos operacionais se dá na parceria entre a empresa e sua infra-estrutura, a auditoria interna e a gestão do risco. Assim, as informações para a gestão do risco operacional vêm do ambiente operacional, do qual fazem parte a infra-estrutura, o controle corporativo e as unidades de negócio, tendo em troca análises e políticas de risco operacional que são implementadas em vários setores da organização para que sejam gerenciados os riscos e administradas as suas atividades (BRITO, 2007). A auditoria interna tem a função de assegurar a integridade dos processos de gestão de riscos operacionais e a adequação dos controles implementados, ou seja, estudam o grau de conformidade dos setores de atividade com os processos de gestão de riscos. A avaliação realizada pela auditoria quanto a esses processos compreende a construção de modelos de medidas de risco operacional, a adequabilidade e confiabilidade dos sistemas de gestão de risco operacional e a conformidade com as diretrizes reguladoras externas. (CROUHY, DALAI e MARK, 2004).

Conforme Crouhy, Galai e Mark:

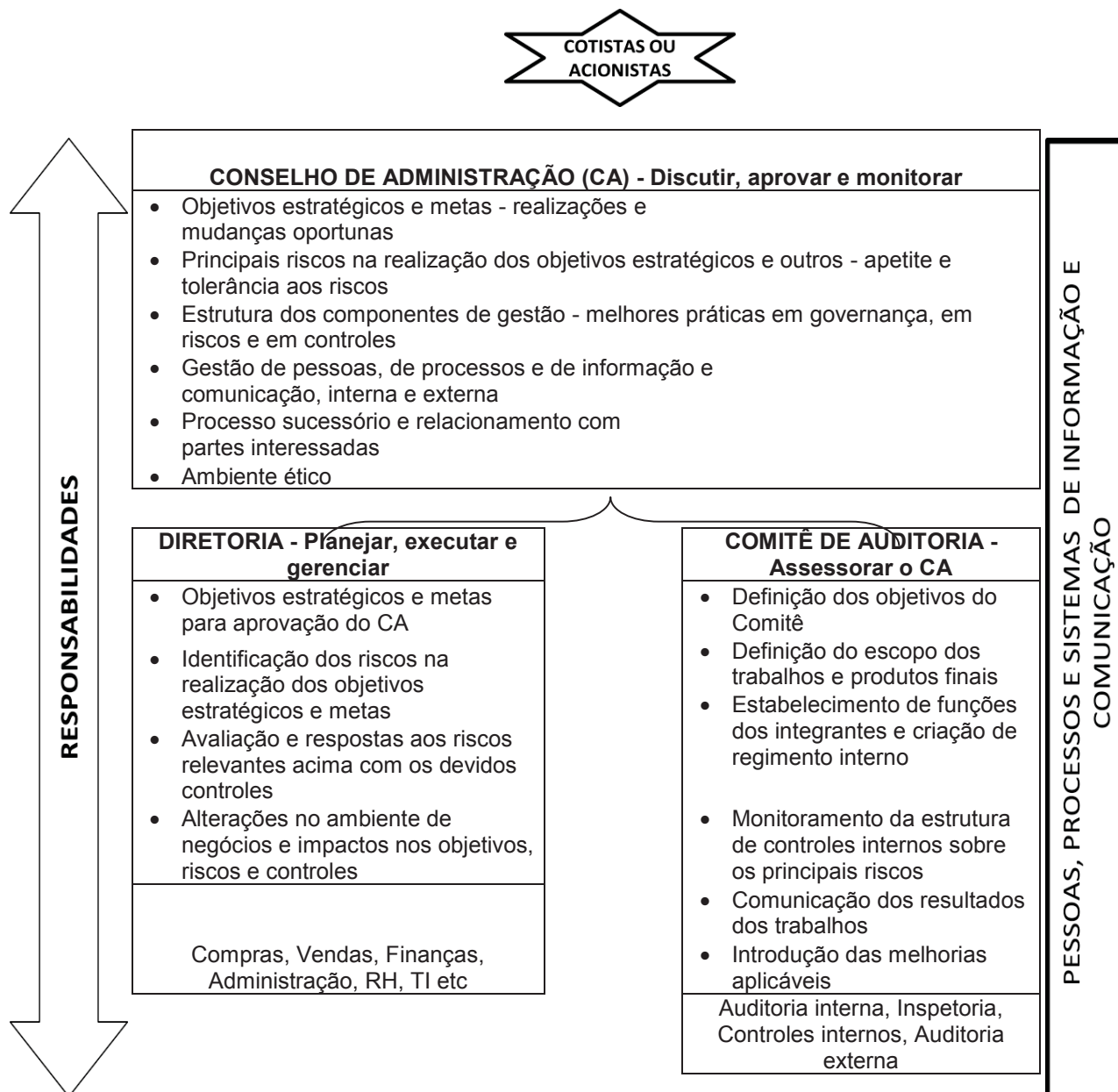
Um dos principais objetivos da auditoria é avaliar o projeto e a integridade conceitual da medida de valor em risco (VaR – *Value at Risk*) do risco operacional, incluindo quaisquer metodologias associadas ao teste de stress e à confiabilidade da estrutura relatora. A auditoria deve avaliar também os riscos operacionais que afetam todos os tipos de sistema de informação de gestão de risco – quer esses sistemas sejam utilizados para fins de avaliação de mercado, crédito ou risco operacional propriamente dito – tais como os processos utilizados para codificação e implementação dos modelos internos. Esse procedimento inclui o exame dos controles relativos à coleta de dados sobre posições de mercado e a precisão e integralidade desses dados, além dos controles sobre os processos de estimação de parâmetros. Seria comum também a auditoria analisar a adequabilidade e eficácia dos processos de monitoramento de risco, bem como a documentação relativa à conformidade com os critérios qualitativos/quantitativos descritos em quaisquer diretrizes reguladoras. (CROUHY, DALAI e MARK, 2004, p.431).

A auditoria interna também tem por objetivo a proteção do patrimônio dos acionistas mediante avaliação contínua dos controles internos e modelos de risco, assegurando a exatidão e a consistência das informações obtidas. Dentro das responsabilidades da auditoria estão: a revisão dos sistemas de informações gerenciais e financeiras, dos processos de preservação de ativos, dos riscos aos quais a organização está exposta, da integridade das informações financeiras e a avaliação do

cumprimento das normas e do capital da empresa considerando os riscos assumidos pela mesma. A auditoria interna precisa ser composta por funcionários competentes e treinados para que entendam de forma clara qual o seu papel e suas responsabilidades, tornando-a ampla e eficaz em relação ao sistema de controles internos por atuar de forma independente no dia-a-dia da empresa e avaliar a adequação aos controles estabelecidos em suas atividades também de forma independente. A equipe de auditoria interna presta contas diretamente à alta administração da empresa e ao comitê de auditoria, o que garante que a informação não foi alterada pelos outros níveis da administração antes de chegar à diretoria. (BRITO, 2007).

A auditoria externa, embora não seja parte da empresa, tem papel fundamental na qualidade dos seus controles internos, pois fornecem um *feedback* e sugestões de melhoria em relação a esses controles, após decidir confiar na efetividade do sistema de controle interno da entidade. Assim, são determinados o tempo, a natureza e o âmbito dos procedimentos a serem utilizados pela auditoria externa para garantir que as publicações financeiras estejam corretas, devendo também prestar contas ao comitê de auditoria. (BRITO, 2007). A seguir, demonstram-se algumas das responsabilidades do conselho de administração, da diretoria e do comitê de auditoria a partir do momento em que é decidido aplicar a gestão de riscos na entidade.

QUADRO 6 – PAPEL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA E DO COMITÊ DE AUDITORIA NO PROCESSO DE GESTÃO DE RISCOS



FONTE: Adaptado de BARALDI (2011).

Segundo Zamith (2007), a implantação do gerenciamento de riscos, não muito comum nas empresas, se dará à medida que as instituições sintam a necessidade de inserir a gestão de riscos nas suas decisões estratégicas. Zamith ainda diz que:

Pretende-se com a atividade de gerenciamento de riscos e perdas introduzir a ideia de limites e responsabilidades entre o consciente (a atividade dentro da organização) e a incerteza (a ligação entre ameaça e risco), tendo como fator de consistência a visão da instituição, inserida no contexto psicológico, social, econômico e político, para o atendimento de objetivos e metas a longo prazo. Tratar o risco significará admitir estar entre assumir ou eliminar a probabilidade de vir a acontecer o dano, isto é, aproveitar uma oportunidade ou permitir a existência de uma ameaça. Não se pretende apenas interferir na frequência da ocorrência, mas também na severidade com que possa atingir o todo. (ZAMITH, 2007, p.63).

O gerenciamento de riscos corporativos torna-se necessário para as organizações no momento em que estas traçam suas estratégias e objetivos, visto que, quando integrado em todas as áreas da organização, a possibilidade de que sejam obtidos vários benefícios se torna maior.

O risco é uma combinação de prováveis ganhos com significativas perdas, e requer uma abordagem mais nuançada. Se aceitarmos a hipótese de que de que não podemos ter um (o lado positivo) sem o outro (o lado negativo), então poderemos ser mais realistas sobre qual a abordagem a adotar diante do fenômeno. Além disso, é possível chegar-se a um consenso acerca de quais os riscos que devemos buscar porque o lado positivo excede o negativo, e quais os riscos que devemos evitar, não porque não queremos corrê-los, mas porque o lado negativo excede o positivo. (DAMODARAN, 2009, p.365).

Os profissionais da área de gestão de riscos são avaliados em vários quesitos, porém o mais importante é o impacto da gestão de riscos nas empresas, ou seja, uma boa gestão de riscos aumenta o valor da empresa, da mesma forma que uma má gestão o diminui (DAMODARAN, 2009). No Quadro a seguir apresentam-se algumas das vantagens ao implantar a gestão de riscos nas empresas, quando bem estruturada.

QUADRO 7–VANTAGENS NA IMPLEMENTAÇÃO DA GESTÃO DE RISCOS

Vantagens na Implementação da Gestão de Riscos	
Estratégia	<p>Reforça a liderança Linguagem comum de riscos Provoca e estimula a identificação de oportunidades</p> <p>Conduz à realização de objetivos e metas realistas Identifica e valoriza ativos intangíveis Gerencia objetivos, riscos e controles Sustenta a vantagem competitiva Gerencia eventos futuros, incertezas e mudanças Gestores suportam de forma holística a gestão orçamentária Permite criar uma base de conhecimento interno da entidade</p>
Governança corporativa (GC)	<p>Dá segurança aos conselheiros Conquista a confiança dos acionistas Instrumentaliza a governança e os conselheiros Vincula GC a objetivos/riscos/controles Permite mais transparência e visibilidade nas ações de gestão</p>
Pessoas	<p>Orienta na realização de metas Mantém talentos Contínuo aprendizado das pessoas Qualifica com ética Garante com maior probabilidade o emprego Cria valor nas pessoas Permite a autoavaliação</p>
Clientes e mercado	<p>Desenvolve a percepção e a antecipação de expectativas Fornece instrumentos para a vantagem competitiva</p>
Fornecedores	<p>Pode reduzir custos de captações MIT = -1,5% Pode reduzir custos de seguros</p>
Processos	<p>Reduz perdas/erros (multas etc.) Reduz fraudes Maior eficiência de processos (<i>cash management</i>) Correlação de riscos Sinergia nas funções de auditoria, riscos, <i>compliance</i>, gestores dos processos</p>
MIS e tecnologia	<p>Permite ajustar estratégia e riscos ao MIS Conduz à integração de TI e MIS Base de dados e linguagem comum à organização</p>
Auditoria e <i>compliance</i>	<p>Prioriza e direciona objetivos e procedimentos Suporta e permite melhoria contínua Reduz contingências passivas Gerencia mudanças de práticas contábeis</p>
Imagem	<p>Protege a imagem da organização Melhora e estrutura a comunicação</p>

FONTE: Adaptado de BARALDI (2011).

Os benefícios trazidos com a gestão de riscos confirmam que estes não devem ser vistos apenas como obstáculos ao executar as estratégias definidas, mas também como algo que origina oportunidades estratégicas por meio das avaliações e das respostas da organização aos riscos. Além dos já citados, também consideram-se como benefícios do gerenciamento de riscos corporativos: o aumento do leque de oportunidades, a identificação e gestão do risco na entidade como um todo, o aumento dos resultados positivos e da vantagem com a diminuição das surpresas negativas, a diminuição da oscilação da performance, a melhor distribuição de recursos e o aumento da resiliência da empresa. (COSO, 2017).

Por meio do processo de auditoria avaliam-se os riscos, tanto os ocasionados por erros como por fraudes, no qual realizam-se os procedimentos necessários para essa avaliação, por vezes aliados a testes substantivos e de controle que podem aumentar a sua eficiência, assim possibilitando que o auditor consiga identificar aspectos que não eram do seu conhecimento. Dessa forma, após a avaliação das operações da entidade, das estratégias, dos controles internos, dos relatórios e demonstrações elaborados pela administração e, inclusive, das instalações da empresa, o profissional de auditoria avalia se as informações e dados que coletou serão importantes no processo de identificação de eventos considerados de risco para a organização, levando em consideração, também, as informações obtidas pela auditoria em períodos anteriores.

Sendo assim, percebe-se que o auditor necessita ter certo entendimento sobre a empresa, a fim de que constate que a mesma tem condições de identificar e estimar os riscos significativos em relação aos seus objetivos, ao mesmo tempo em que precisa estar atenta a probabilidade de que ocorram e as providências a serem tomadas como respostas a estes riscos no momento em que efetivamente ocorrerem.

As respostas aos riscos planejadas pela equipe de auditoria podem ser influenciadas conforme o entendimento do auditor sobre o ambiente de controle, de forma que incluem, conforme Velter e Missaglia:

- a) Enfatizar para a equipe de auditoria a necessidade de manter o ceticismo profissional;
- b) Designar pessoal mais experiente ou aqueles com habilidades especiais ou usar especialistas;
- c) Fornecer mais supervisão;
- d) Incorporar elementos adicionais de imprevisibilidade na seleção dos procedimentos adicionais de auditoria a serem executados;
- e) Efetuar alterações gerais na natureza, época ou extensão dos procedimentos de auditoria como, por exemplo, executar procedimentos substantivos no final do período em vez de em data intermediária ou modificar a natureza dos procedimentos de auditoria para obter evidência de auditoria mais persuasiva. (VELTER e MISSAGIA, 2012, p.303).

Dessa forma, quanto mais eficiente e eficaz é o ambiente de controle da empresa, mais confiante fica o profissional de auditoria ao avaliar, planejar e implementar respostas pertinentes aos riscos identificados.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

A metodologia utilizada nesta pesquisa foi classificada quanto aos seus objetivos como descritiva e explicativa, quanto aos procedimentos utilizados como bibliográfica e documental e quanto à abordagem do problema como qualitativa.

3.1 TIPOLOGIA DA PESQUISA QUANTO AOS OBJETIVOS

Devido às características da presente monografia, esta se enquadra como uma pesquisa descritiva e explicativa.

Prodanov e Freitas explicam a pesquisa descritiva da seguinte forma:

Tal pesquisa observa, registra, analisa e ordena dados, sem manipulá-los, isto é, sem interferência do pesquisador. Procura descobrir a frequência com que um fato ocorre, sua natureza, suas características, causas, relações com outros fatos. Assim, para coletar tais dados, utiliza-se de técnicas específicas, dentre as quais se destacam a entrevista, o formulário, o questionário, o teste e a observação. (PRODANOV e FREITAS, 2013, p.52).

Dessa forma, acredita-se que o objetivo da pesquisa descritiva seja retratar as características de determinado assunto em sua realidade através de documentos e levantamentos de dados, analisando-os e relacionando-os sem interferir no resultado da pesquisa.

Sobre a pesquisa explicativa, Andrade ressalta que:

A pesquisa explicativa é um tipo de pesquisa mais complexa, pois, além de registrar, analisar, classificar e interpretar os fenômenos estudados, procura identificar seus fatores determinantes. A pesquisa explicativa tem por objetivo aprofundar o conhecimento da realidade, procurando a razão, o porquê das coisas e por esse motivo está mais sujeita a erros. (ANDRADE, 2002, p.20).

Sendo assim, a pesquisa explicativa procura esclarecer os motivos e causas que contribuem para o acontecimento do tema abordado.

3.2 TIPOLOGIA DA PESQUISA QUANTO AOS PROCEDIMENTOS

De acordo com os procedimentos de pesquisa utilizados, esta monografia caracteriza-se como bibliográfica e documental.

O material consultado na pesquisa bibliográfica abrange todo referencial já tornado público em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, dissertações, teses, entre outros. Por meio dessas bibliografias reúnem-se conhecimentos sobre a temática pesquisada. Com base nisso é que se pode elaborar o trabalho monográfico, seja ele em uma perspectiva histórica ou com intuito de reunir diversas publicações isoladas e atribuir-lhes uma nova leitura. (RAUPP e BEUREN, 2006, p.87).

A pesquisa documental assemelha-se à bibliográfica, com o intuito de selecionar, tratar e interpretar as informações obtidas, porém é realizada através de materiais que não foram tratados de maneira mais aprofundada anteriormente.

3.3 TIPOLOGIA DA PESQUISA QUANTO À ABORDAGEM DO PROBLEMA

O problema desta monografia será abordado de maneira qualitativa, em que concebem-se, segundo Raupp e Beuren (2006, p.92), “análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado. A abordagem qualitativa visa destacar características não observadas por meio de um estudo quantitativo”, ou seja, pode descrever, analisar, compreender e classificar o problema, sem a utilização de bases numéricas para o estudo do mesmo.

4 LEVANTAMENTO DE DADOS E INFORMAÇÕES

Os objetivos desta monografia foram alcançados por meio de pesquisas bibliográficas, tomando como base livros, artigos científicos, revistas, periódicos e bases de dados, condizentes com os temas que foram delimitados inicialmente para o desenvolvimento do trabalho.

4.1 BIBLIOMETRIA

A bibliometria é considerada como uma técnica estatística que serve para avaliar os aspectos da produção acadêmica que contribui para o crescimento da ciência. (MEDEIROS e VITORIANO, 2015). Aborda a medição da comunicação escrita por meio da análise quantitativa, na qual são aplicados métodos matemáticos e estatísticos para que seja possível estimar documentos, palavras, dados bibliográficos, entre outros. (CAMARGO, ZANETTI e CELERE, 2010).

É considerada uma ferramenta importante na análise do estado de uma produção intelectual sobre um determinado assunto, sendo encontradas diferentes formas para que esse estudo seja feito. (RODRIGUES, TAVAR, NOGUEIRA e LIBRELOTTO, 2016).

Para Camargo, Zanetti e Celere:

Atualmente, a bibliometria tem sido utilizada como uma ferramenta de extrema relevância na criação de indicadores de Ciência e Tecnologia, permitindo analisar e avaliar o crescimento da publicação científica nacional e internacional, o aparecimento de novas áreas de pesquisa, a produtividade dos autores, etc., contribuindo assim, para a definição de políticas de direcionamento da ciência e do desenvolvimento tecnológico dos países. (CAMARGO, ZANETTI e CELERE, 2010, p.2).

Dentre as diversas leis e princípios existentes dentro da bibliometria, sobressaem-se três: a Lei de Bradford, a Lei de Zipf e a Lei de Lotka.

QUADRO 8 – LEIS QUE REGEM A BIBLIOMETRIA

Leis	Medida	Critério	Objetivo principal
Lei de Bradford	Grau de atração do periódico	Reputação do periódico	Identificar os periódicos mais relevantes e que dão maior vazão a um tema em específico
Lei de Zipf	Frequência de palavras-chave	Lista ordenada de temas	Estimar os temas mais recorrentes relacionados a um campo de conhecimento
Lei de Lotka	Produtividade do autor	Tamanho-frequência	Levantar o impacto da produção de um autor numa área de conhecimento

FONTE: Chueke e Amatucci (2015).

A Lei de Bradford (ou Lei da Dispersão) surgiu com o intuito de identificar a extensão de publicação de artigos científicos de um determinado tema em revistas especializadas sobre o assunto, possibilitando a avaliação do grau de relevância dos periódicos que atuam em áreas de conhecimento específicas. Sendo assim, os periódicos que possuem mais publicações de artigos que abordam um determinado assunto tendem a criar um núcleo de qualidade superior e maior relevância em determinada área do conhecimento. (JUNIOR, SOUZA, PARISOTTO e PALMISANO, 2016).

A Lei de Zipf (ou Lei do Menor Esforço) mede a frequência com que determinadas palavras aparecem em textos variados, possibilitando listar e ordenar certos termos sobre um determinado assunto. (VANTI, 2002; GUEDES e BORSCHIVER, 2005; JUNIOR, SOUZA, PARISOTTO e PALMISANO, 2016).

A Lei de Lotka (ou Lei do Quadrado Inverso) estima a produtividades dos autores e diz respeito ao fato de que enquanto um pequeno número de pesquisadores produz muito em uma determinada área, um grande número de pesquisadores produz pouco, ou seja, maior parte das produções científicas são realizadas por poucos autores. Sendo assim, as produções realizadas por esta pequena quantidade de autores se equiparam em quantidade ao desempenho do grande número de autores que produzem poucas publicações. (GUEDES e BORSCHIVER, 2005; JUNIOR, SOUZA, PARISOTTO e PALMISANO, 2016; MELLO, BARBOSA, DANTAS e BOTELHO, 2017).

Conclui-se que a bibliometria é uma ferramenta estatística que possibilita o mapeamento e a geração de uma variedade de indicadores de tratamento e gestão do

conhecimento, da informação e da produtividade, tornando-se essencial à gestão, ao planejamento e à avaliação da ciência e da tecnologia de certa comunidade científica ou país. (GUEDES e BORSCHIVER, 2005).

4.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Na Tabela abaixo, demonstram-se os passos realizados para a seleção de artigos condizentes com os temas desta monografia. As bases de dados escolhidas para esse processo foram a *Scopus* e a *Web of Science*, onde se encontraram 100.923 resultados relacionados com as palavras chaves do presente trabalho.

TABELA1 – COMPOSIÇÃO DA AMOSTRA DE PERIÓDICOS

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO (1ª FASE)
Busca Booleana
Período de 2014 a 2018
PROCEDIMENTOS PARA LEVANTAR AS REFERÊNCIAS
"and" e "or"
COMBINAÇÕES DAS PALAVRAS-CHAVE (2ª FASE)
Termos em Inglês
"Audit" and/or "Risk Management"
PORTFÓLIO DAS REFERÊNCIAS SELECIONADAS (3ª FASE)
Nacionais e Internacionais
<i>Scopus</i> - 53.265
<i>Web of Science</i> - 47.658
ARTIGOS SELECIONADOS NAS BASES
Nº de Artigos: 100.923
ELIMINAÇÃO DE ARTIGOS NÃO DISPONÍVEIS NAS BASES PÚBLICAS
Nº de Artigos: 24.580
LIMITAR OS ARTIGOS QUANTO A ÁREA DE INTERESSE
Nº de Artigos: 2.399
FILTRAR POR PALAVRAS-CHAVE E LEITURA DOS TÍTULOS/RESUMOS
Nº de Artigos: 20
PORTFÓLIO FINAL DOS ARTIGOS SELECIONADOS PARA APROFUNDAR OS ESTUDOS
Nº de Artigos: 20

FONTE: Adaptado de Severo Peixe, Rosa Filho e Passos (2018).

Na primeira fase da pesquisa, foi utilizada a técnica denominada de “busca *Booleana*”, que é a aplicação da lógica do matemático George Boole, onde são combinados e relacionados dois ou mais termos por operadores lógicos, a fim de restringir a busca, na qual a combinação entre as informações contidas nos

documentos encontrados e a questão utilizada para a busca são elaboradas pelo usuário do sistema onde estão sendo procuradas as informações. (SAKS, 2005). Nesta fase foi determinado o período de busca dos artigos entre os anos de 2014 e 2018 e, também, o uso dos conectivos “and” e “or” para formar as combinações entre as palavras-chave. Na segunda fase, foram realizadas as combinações das palavras-chave Auditoria e Gestão de Riscos em inglês com os conectores selecionados. Sendo assim, as buscas se deram através das combinações “*Audit*” and “*Risk Management*” e “*Audit*” or “*Risk Management*”.

A terceira fase do processo foi a formação de um portfólio das referências encontradas, na qual foram filtrados os artigos quanto a sua disponibilidade de acesso, a área de interesse, as palavras-chave e por meio da leitura dos títulos e resumos e seleção dos que mais condizem com o intuito desta monografia. Após a aplicação de todos os filtros citados na base selecionada, sobraram apenas 20 artigos para dar continuidade nos próximos passos do processo, sendo todos de produção internacional.

4.2.1 Composição de Periódicos

Na Tabela abaixo, demonstram-se os nomes dos periódicos em que foram publicados os artigos escolhidos e a quantidade que cada um publicou, referentes aos temas relacionados a esta monografia.

TABELA 2 – COMPOSIÇÃO DA AMOSTRA DE PERIÓDICOS INTERNACIONAIS

PERIÓDICOS INTERNACIONAIS	QUANTIDADE
<i>Academic Journal of Interdisciplinary Studies</i>	1
<i>Asian Social Science</i>	1
<i>Auditing: A Journal of Practice & Theory</i>	1
<i>Casopis Za Ekonomiju i Trzisne Komunikacije</i>	2
<i>China Journal of Accounting Research</i>	1
<i>Contabilidad y Negocios</i>	1
<i>Current Issues in Auditing</i>	1
<i>E & M Ekonomie a Management</i>	1
<i>International Journal of Auditing</i>	1
<i>International Journal of Financial Studies</i>	1
<i>Investment Management and Financial Innovations</i>	1
<i>Oeconomia Copernicana</i>	1
<i>Procedia Economics and Finance</i>	5
<i>Procedia Social and Behavioral Sciences</i>	1
<i>Scientific Bulletin of Polissia</i>	1
TOTAL	20

FONTE: Adaptado de Peixe, Rosa Filho e Passos (2018).

Nota-se que dois deles tiveram mais publicações que os demais, enquanto o restante publicou apenas um artigo cada sobre o assunto. O periódico *Procedia Economics and Finance* publicou 5 artigos dentre os selecionados, seguido pelo *Casopis Za Ekonomiju i Trzisne Komunikacije* que fez duas publicações.

4.2.2 Publicações por Ano

A Tabela seguinte foi criada para demonstrar a quantidade de artigos selecionados para análise por ano, dentre os anos utilizados como filtro na primeira fase do processo.

TABELA 3 – NÚMEROS DE PUBLICAÇÕES

ANOS	QUANTIDADE	%
2014	3	15
2015	7	35
2016	2	10
2017	3	15
2018	5	25
TOTAL	20	100

FONTE: Adaptado de Severo Peixe, Rosa Filho e Passos (2018).

Percebe-se que, entre 2014 e 2018, foram publicados mais artigos nos anos de 2015 e 2018, considerando os 20 artigos selecionados na última fase do processo sobre Auditoria e Gestão de Riscos para que fossem aprofundadas as pesquisas.

4.2.3 Classificação por Tema

Na Tabela 4 demonstra-se a quantidade de artigos analisados referentes a cada um dos temas selecionados para a pesquisa.

TABELA 4 – PRINCIPAIS TEMAS

TEMAS	QUANTIDADE	%
Auditoria	11	55
Gestão de Riscos	9	45
TOTAL	20	100

FONTE: Adaptado de Severo Peixe, Rosa Filho e Passos (2018).

Sendo assim, é possível notar que, dentre os artigos analisados, 55% foram sobre o tema Auditoria e 45% sobre Gestão de Riscos.

4.2.4 Classificação por Autores e Filiação

Sobre os autores desses artigos, constatou-se que cada um produziu apenas 1 artigo dentre os selecionados, como evidenciado na Tabela 5.

TABELA 5 – AUTORES E FILIAÇÕES

AUTORES	FILIAÇÃO	SEGUIMENTO	ARTIGOS
Alina Iuliana Tabirca	Valahia University of Targoviste	Pública	1
Cristina N. Tselih	Voronezh State Academy of Forestry and Technologies	Pública	1
Darko Tomas	University of Banja Luka	Pública	1
Elena Cerasela Spatariu	<i>Ovidius University of Constanta</i>	Pública	1
Elena U. Lopatina	<i>Volgograd State Technical University</i>	Pública	1
Elena V. Chugunova	Voronezh State Academy of Forestry and Technologies	Pública	1
Erin L. Hamilton	<i>University of Nevada</i>	Pública	1
Faizan Abd Jabar	Universiti Teknologi MARA	Pública	1
Fazlida Mohd Razali	Universiti Teknologi MARA	Pública	1
Filippa S. Chomata	<i>University of Piraeus</i>	Pública	1
Georgios C. Baltos	University of the Aegean	Pública	1
Halil Paino	Universiti Teknologi MARA	Pública	1
Igor Todorovic	University of Banja Luka	Pública	1
Ilhang Shin	<i>Chonbuk National University</i>	Pública	1
Ioannis G. Vidakis	University of the Aegean	Pública	1
Izabela Emerling	University of Economics in Katowice	Pública	1
Jaakko Ronkko	University of Tampere	Pública	1
Jarmo Vakkuri	University of Tampere	Pública	1
Joseph F. Brazel	<i>North Carolina State University</i>	Pública	1
Leung Lung Chan	<i>University of New South Wales</i>	Pública	1
Limei Cao	<i>Guandong University of Finance and Economics</i>	Pública	1
Limin Zhang	<i>Sun Yat-sen University</i>	Pública	1
Maria Alina Caratas	<i>The Bucharest University of Economic Studies</i>	Pública	1
Mauricio De La Torre Lascano	<i>Universidad Central del Ecuador</i>	Pública	1
Mikko Paananen	<i>Lappeenranta University of Technology</i>	Pública	1
Monika Ostrowska	Krakow University Andrzej Frycz Modrzewski	Privada	1
Renata Myskova	University of Pardubice	Pública	1
Rodica Dragulescu Ghita	Valahia University of Targoviste	Pública	1
Roxana Diana Prozan	<i>University of Alba Iulia</i>	Pública	1

Selina Ionete Toplicianu	Valahia University of Targoviste	Pública	1
Slawomir Mazur	Krakov University Andrzej Frycz Modrzewski	Privada	1
Sorah Park	<i>Ewha Womans University</i>	Privada	1
Sylwia Bozek	University of Economics in Katowice	Pública	1
Tatiana Danescu	<i>University of Tirgu Mures</i>	Pública	1
Veronika Doupalova	University of Pardubice	Pública	1
Viktoria N.Ostrovskaya	<i>Moscow Humanitarian Economic Institute</i>	Pública	1
Vladimir Colovic	<i>Pan-European University Apeiron</i>	Privada	1
Wanfu Li	<i>Nanjing University of Finance and Economics</i>	Pública	1
Zdravko Todorovic	University of Banja Luka	Pública	1

FONTE: Adaptado de Severo Peixe, Rosa Filho e Passos (2018).

Também é possível analisar as instituições de ensino as quais pertencem os autores, sendo a maioria do setor público, e perceber que os nomes de 9 universidades aparecem mais de uma vez nessa listagem.

4.2.5 Classificação Quanto as Tipologias de Pesquisa

Analisando os artigos quanto as tipologias de pesquisa utilizadas para a sua produção tem-se:

TABELA 6 – CONSOLIDAÇÃO DAS METODOLOGIAS DE PESQUISA DOS ARTIGOS ESTUDADOS

Categorias Analisadas	Subcategorias	Participação dos Artigos/Total
		Quantidade
Tipologias da Pesquisa Quanto aos Objetivos	Descritiva	16/20
	Exploratória	2/20
	Experimental	2/20
Tipologias da Pesquisa Quanto aos Procedimentos	Estudo de Caso	8/20
	Levantamento/Survey	3/20
	Bibliográfica	2/20
	Bibliográfica/Documental	6/20
	Documental	0/20
Instrumentos de Coleta de Dados	Experimental	1/20
	Bibliográfica	7/20
	Documental e Observação	5/20
	Entrevistas	1/20
	Observação	5/20
Tipologias da Pesquisa Quanto à Abordagem do Problema	Questionários	2/20
	Qualitativa	6/20
	Quantitativa	1/20
	Quantitativa-Qualitativa	13/20
Análise dos dados	Análise de Conteúdo	4/20
	Análise Descritiva	14/20
	Análise Documental	2/20

FONTE: Adaptado de Severo Peixe, Rosa Filho e Passos (2018).

Como demonstrado na Tabela 6, os procedimentos adotados referentes a tipologia da pesquisa quanto aos objetivos foram, em sua maioria, descritivos, totalizando 80% dos artigos. Segundo Gil (2008, p.28), as pesquisas descritivas têm como objetivo principal “a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Quanto aos procedimentos, foram escolhidos por mais vezes os estudos de caso, com 40%. Conforme Yin (2001, p.32), “o estudo de caso é uma investigação empírica de um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, sendo que os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”.

O método mais utilizado como instrumento de coletas de dados, sendo 35% dos artigos analisados, foi a pesquisa bibliográfica. “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. (GIL, 2008, p.50).

Em relação à abordagem do problema, utilizaram-se por mais vezes os métodos quantitativos-qualitativos, com 65%. Raupp e Beuren (2006, p.91), descrevem que a pesquisa quantitativa é caracterizada pelo uso de instrumentos estatísticos na coleta e no tratamento dos dados, enquanto a pesquisa qualitativa busca analisar os dados narrativos que não podem ser observados pelo método quantitativo, analisando mais profundamente o fenômeno em estudo.

Por fim, a análise dos dados se deu, por mais vezes, por meio da análise descritiva, totalizando 70% dos artigos. A análise descritiva é utilizada para “organizar, resumir e descrever os aspectos importantes de um conjunto de características observadas ou comparar tais características entre dois ou mais conjuntos”. (REIS e REIS, 2002, p.5).

4.2.6 Classificação das Referências

Na Tabela a seguir, destacam-se as fontes de referências utilizadas nos artigos analisados.

TABELA 7 – CLASSIFICAÇÃO DAS REFERÊNCIAS DOS ARTIGOS

Descrição	Tipo de Documento Referenciado	REFERÊNCIAS			
		Nacionais	%	Internacionais	%
Artigos Internacionais	Livros	0	0	59	11,82
	Legislação	0	0	5	1,00
	Teses/Dissertações	0	0	18	3,61
	Anais	0	0	0	0,00
	Periódicos/Jornais	0	0	349	69,94
	Sites e Outros	0	0	68	13,63
	Total	0	100	499	100

FONTE: Adaptado de Severo Peixe, Rosa Filho e Passos (2018).

Nota-se que a maior parte de referências utilizadas (69,94%) foram retiradas de periódicos e jornais, seguidos dos sites e outros (13,63%) e dos livros (11,82%). É possível perceber que os pesquisadores não utilizaram nenhuma referência de fontes nacionais e que tem preferência por adotar periódicos e jornais como fonte de informação para a produção de seus artigos.

5 CONSOLIDAÇÃO DAS BIBLIOGRAFIAS

Na Tabela 8, foram consolidadas apenas as referências que tratam dos assuntos principais desta monografia: Auditoria e Gestão de Riscos.

TABELA 8 – CONSOLIDAÇÃO DAS REFERÊNCIAS UTILIZADAS NA MONOGRAFIA

AUTOR(ES)	TÍTULO	ANO	TIPO
BOYTON, W. C.	Auditoria	2001	A
CASTRO, R. G.; LIMA, D. V.	Auditoria para Concursos: com aplicação nas áreas governamental e empresarial	2001	A
FRANCO, H.; MARRA, E.	Auditoria Contábil: normas de auditoria, procedimentos e papéis de trabalho, programas de auditoria, relatórios de auditoria	2001	A
JUND, S.	Auditoria: conceitos, normas, técnicas e procedimentos: teoria e 500 questões – estilo ESAF, UNB e outras	2001	A
MAGALHÃES, A. D. F.; LUNKES, I. C.; MÜLLER, A. N.	Auditoria das Organizações: metodologias alternativas ao planejamento e à operacionalização dos métodos e das técnicas	2001	A
CROUHY, M. GALAI, D. MARK, R.	Gerenciamento de Risco: abordagem conceitual e prática: uma visão integrada dos riscos de crédito, operacional e de mercado.	2004	A
FERREIRA, R. J.	Auditoria	2004	A
CLASSE CONTÁBIL	Origem, Evolução e Desenvolvimento da Auditoria	2006	C
BRITO, O.	Gestão de Riscos: uma abordagem orientada a riscos operacionais	2007	A
COMMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATIONS OF THE TREADWAY COMMISSION – COSO	Gerenciamento de Riscos Corporativos – Estrutura Integrada: Sumário Executivo e Estrutura	2007	E
FILHO, L. C. C. A.	Auditoria	2007	D
HOOG, W. A. Z.; CARLIN, E. L. B.	Manual de Auditoria Contábil das Sociedades Empresárias: de acordo com o novo Código Civil Lei 10.406/2002	2007	B
INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA – IBGC	Guia de Orientação para Gerenciamento de Riscos Corporativos.	2007	E
ZAMITH, J. L. C.	Gestão de Riscos e Prevenção de Perdas: um novo paradigma para a segurança nas organizações	2007	A
CARVALHO, J. C. O.	Auditoria Geral e Pública: teoria e questões comentadas	2008	A

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT	ABNT NBR ISO 31000: gestão de riscos – princípios e diretrizes	2009	E
DAMODARAN, A.	Gestão Estratégica do Risco: uma referência para a tomada de riscos empresariais	2009	A
BARALDI, P.	Gerenciamento de Riscos Empresariais: a gestão de oportunidades, avaliação de riscos e a criação de controles internos nas decisões empresariais	2010	A
ATTIE, W	Auditoria: conceitos e aplicações	2011	A
GRAMLING, A. A.; RITTENBERG, L. E.; JOHNSTONE, K. M.	Auditoria	2012	A
PEREIRA, J. S. R.	A Auditoria e a Gestão do Risco Empresarial	2012	A
VELTER, F.; MISSAGIA, L. R.	Auditoria para Concursos	2012	A
ARTAN	A Gestão dos Riscos de Roubo e Furto em Empresas	2013	C
CARATAS, M. A.; SPATARIU, E. C.	Contemporary approaches in internal audit	2014	B
DRAGULESCO, R.; TABIRCA, A. I.; IONETE, S.	The IASB referential impact on decision making process and risk management.	2014	B
LOPATINA, E. U.; TSELIH, C. N.; CHUGUNOVA, E. V.; OSTROVSKAYA, V. N.	Managing risks of venture entrepreneurship	2014	B
OSTROWSKA, M.; MAZUR, S.	Diversified Risk Management	2014	B
BLOG LUZ.VC	Como Fazer o Gerenciamento de Riscos em Projetos com uma Matriz de Riscos	2015	C
CAO, L.; LI, W.; ZHANG, L.	Audit mode change, corporate governance and audit effort	2015	B
COLOVIC, V.	Risk management in the companies	2015	B
DANESCU, T.; PROZAN, M.; PROZAN, R. D.	The valances of the internal audit in relationship with the internal control – corporate governance	2015	B
JORGENCA – BLOG ADMINISTRAÇÃO	Matriz GUT – Guia Completo	2015	C
MYSKOVA, R.; DOUPALOVA, V.	Approach to Risk Management Decision-Making in the Small Business	2015	B
PAINO, H.; RAZALI, F. M.; JABAR, F. A.	The influence of external auditor's working style, communication barriers and enterprise risk management toward reliance on internal auditor's work	2015	B
BOZEK, S.; EMERLING, I.	Protecting the organization against risk and the role of financial audit on the example of the internal audit	2016	B

HAMILTON, E. L.	Evaluating the intentionality of identified misstatements: perspective can help auditors in distinguishing errors from fraud	2016	B
COMMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATIONS OF THE TREADWAY COMMISSION – COSO	Gerenciamento de Riscos: integrado com estratégia e performance	2017	E
DUKA, A. P.	Paradigm of integrated risk management	2017	B
PORTAL DE AUDITORIA	Auditoria Interna – Ferramenta de Controle e Gestão de Riscos Empresariais	2017	C
SANTOS, S. Q.	Auditoria Interna de Gestão: seus reflexos e suas contribuições no processo decisório de uma concessionária de motocicletas, situada na cidade de Barreiras – Bahia	2017	B
SHIN, I.; PARK, S.	Integration of enterprise risk management and management control system: based on a case study	2017	B
TOMAS, D.; TODOROVIC, I.; TODOROVIC, Z.	The COSO framework and the organization of internal audit for fighting against fraud	2017	B
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	Roteiro de Auditoria de Gestão de Riscos	2017	E
VEXIA	Riscos Estratégicos: você sabe avaliar uma organização?	2017	C
BALTOS, G. C.; CHOMATA, F. S.; VIDAKIS, I. G.	Quality management, standardization and auditing meet multiple organizational risks, strengthening open market understanding and social responsibility	2018	B
BRAZEL, J. F.	Do auditors and audit committees lower fraud risk by constraining inconsistencies between financial and nonfinancial measures?	2018	B
CHAN, L. L.	Editorial for special issue "finance, financial risk management and their applications"	2018	B
LASCANO, M. T.	Management of organizational fraud risk and internal audit role	2018	B
MARC, M.; SPRICIC, D. M.; ZAGAR, M. M.	Is enterprise risk management a value added activity?	2018	B
RONKKO, J.; PAANANEN, M.; VAKKURI, J.	Exploring the determinants of internal audit: evidence from ownership structure	2018	B

Legenda: (A) Livro, (B) Artigo, (C) Site, (D) Dissertação, (E) Outros

FONTE: Autora (2019).

Por meio dessas referências é possível aprofundar-se nos estudos sobre referidos temas para uma melhor análise e detalhamento sobre os assuntos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi a elaboração de uma bibliometria baseada no estudo dos temas “Auditoria” e “Gestão de Riscos”, com o intuito de demonstrar a importância na utilização de ambas para os controles internos das organizações. Também foi possível demonstrar o estado da arte dos referidos temas na atualidade por meio de pesquisas em bases de dados, em que foram investigados os artigos publicados em periódicos entre os anos de 2014 e 2018 que fossem condizentes com os assuntos. Além da delimitação do espaço temporal, a coleta de dados se deu com a classificação das pesquisas quanto aos temas relacionados à Auditoria e Gestão de Riscos utilizados nesta monografia, com a quantidade de publicações realizadas por ano e os periódicos em que foram feitas essas publicações, com as características dos autores e os tipos de teorias, metodologias e referências utilizadas para a produção dos artigos.

Após a análise das publicações selecionadas por meio da identificação das palavras-chave para levantamento de informações, do mapeamento dos principais termos relacionados à Auditoria e Gestão de Riscos e da consolidação dos principais achados sobre esses temas, restaram apenas 20 artigos avaliados como sendo condizentes com os assuntos tratados neste trabalho, sendo todos de publicações internacionais. Isso mostra que, atualmente, ainda há uma escassez de informações quanto aos temas pesquisados, principalmente no Brasil, e que as metodologias de análise e coleta de dados utilizadas pelos autores se deram da mesma forma na maioria das publicações estudadas.

Dessa forma, sugere-se que novas pesquisas sobre esses temas sejam realizados mais adiante em uma nova linha temporal, para que seja possível analisar o estado em que se encontrarão os estudos e as publicações sobre os temas Auditoria e Gestão de Riscos.

REFERÊNCIAS

A GESTÃO dos Riscos de Roubo e Furto em Empresas. **Artan**. Disponível em: <<http://artan.com.br/tecnologia/a-gestao-dos-riscos-de-roubo-e-furto-em-empresas>>. Acesso em: 29 março 2019.

ANDRADE, M. M. **Como Preparar Trabalhos Para Cursos de Pós-Graduação: noções práticas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ARAÚJO, C. A. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11-32, jan./jun. 2006.

ABNT- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. ABNT NBR ISO 31000: gestão de riscos – princípios e diretrizes. 2009. Disponível em: <<https://gestravp.files.wordpress.com/2013/06/iso31000-gestc3a3o-de-riscos.pdf>>. Acesso em: 10 março 2019.

ATTIE, W. **Auditoria: conceitos e aplicações**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

AUDITORIA Interna – Ferramenta de Controle e Gestão de Riscos Empresariais. **Portal de Auditoria**. Disponível em: <<https://portaldeauditoria.com.br/auditoria-interna-ferramenta-de-controle-e-gestao-de-riscos-empresariais/>>. Acesso em: 14 outubro 2018.

BALTOS, G. C.; CHOMATA, F. S.; VIDAKIS, I. G. Quality management, standardization and auditing meet multiple organizational risks, strengthening open market understanding and social responsibility. **Academic Journal of Interdisciplinary Studies**, v. 7, n. 3, p. 87-94, nov.2018. DOI: 10.2478/ajis-2018-0060.

BARALDI, P. **Gerenciamento de Riscos Empresariais: a gestão de oportunidades, avaliação de riscos e a criação de controles internos nas decisões empresariais**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

BOYTON, W. C. **Auditoria**. Tradução autorizada da 7. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

BOZEK, S.; EMERLING, I. Protecting the organization against risk and the role of financial audit on the example of the internal audit. **Oeconomia Copernicana**, v. 7, n. 3, p. 485-499, set. 2016. DOI: 10.12775/OeC.2016.028.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Roteiro de Auditoria de Gestão de Riscos**. Brasília: TCU, Secretaria de Métodos e Suporte ao Controle Externo, 2017.

BRAZEL, J. F. Do auditors and audit committees lower fraud risk by constraining inconsistencies between financial and nonfinancial measures? **Current Issues in Auditing**, v. 12, n. 2, p. 7-15, 2018. DOI: 10.2308/ciia-52258.

BRITO, O. **Gestão de Riscos: uma abordagem orientada a riscos operacionais**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

CAMARGO, M. F.; ZANETTI, L. S.; CELERE, N. T. M. Aplicação da bibliometria no acervo da produção científica da EESC: análise das estatísticas de consulta. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 14., 2010, São Conrado. **Anais...** São Conrado: UFRJ, 2010.

CAO, L.; LI, W.; ZHANG, L. Audit mode change, corporate governance and audit effort. **China Journal of Accounting Research**, v. 8, n. 4, p.315-335, mai./jun. 2015. DOI: 10.1016/j.cjar-2015-05-002.

CARATAS, M. A.; SPATARIU, E. C. Contemporary approaches in internal audit. **Procedia Economics and Finance**, v. 15, p. 530-537, 2014. DOI: 10.1016/S2212-5671(14)00503-6.

CARVALHO, J. C. O. **Auditoria Geral e Pública: teoria e questões comentadas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

CASTRO, R. G.; LIMA, D. V. **Auditoria para Concursos: com aplicação nas áreas governamental e empresarial**. 2. ed. Brasília: Vestcon, 2001.

CHAN, L. L. Editorial for special issue "finance, financial risk management and their applications". **International Journal of Financial Studies**, v. 6, n. 4, p. 1-3, set./out. 2018. DOI: 10.3390/ijfs6040083.

CHUEKE, G. V.; AMATUCCI, M. O Que é Bibliometria? Uma Introdução ao Fórum. **Revista Eletrônica de Negócios Internacionais – Internext**. São Paulo, v. 10, n. 2, p. 1-5, mai./ago.2015.

COLOVIC, V. Risk management in the companies. **Casopis Za Ekonomiju i Trzisne Komunikacije**, v. 5, n. 2, p. 237-252, 2015. DOI: 10.7251/EMC1502237C.

COMMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATIONS OF THE TREADWAY COMMISSION – COSO, 2007. **Gerenciamento de Riscos Corporativos – Estrutura Integrada: Sumário Executivo e Estrutura**. Tradução por Price Waterhouse Coopers LLP. 2007. Disponível em: <<https://www.coso.org/Documents/COSO-ERM-Executive-Summary-Portuguese.pdf>>. Acesso em: 20 setembro 2018.

COMMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATIONS OF THE TREADWAY COMMISSION – COSO, 2017. **Gerenciamento de Riscos: integrado com estratégia e performance**. Tradução por Price Waterhouse Coopers LLP. 2017. Disponível em: <https://auditoriaderisco7icfex.files.wordpress.com/2018/02/coso_portugues_17.pdf>. Acesso em: 7 abril 2019.

COMO Fazer o Gerenciamento de Riscos em Projetos com uma Matriz de Riscos. **Blog**

LUZ.Vc.Disponível em: <<https://blog.luz.vc/como-fazer/como-fazer-gerenciamento-de-riscos-em-projetos-com-matriz-de-riscos/>>. Acesso em: 29 março 2019.

CROUHY, M. GALAI, D. MARK, R. **Gerenciamento de Risco**: abordagem conceitual e prática: uma visão integrada dos riscos de crédito, operacional e de mercado. Tradução por Carlos Henrique Trieschmann e Luiz Frazão Filho. 1. ed. São Paulo: Serasa, 2004.

DAMODARAN, A. **Gestão Estratégica do Risco**: uma referência para a tomada de riscos empresariais. Tradução por Félix Nonnenmacher. 1. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

DANESCU, T.; PROZAN, M.; PROZAN, R. D. The valances of the internal audit in relationship with the internal control – corporate governance. In: 4th WORLD CONFERENCE ON BUSINESS, ECONOMICS AND MANAGEMENT. **Procedia Economics and Finance**, v. 26, p. 960-966, mai. 2015.

DRAGULESCO, R.; TABIRCA, A. I.; IONETE, S. The IASB referential impact on decision making process and risk management. **Procedia Social and Behavioral Sciences**, v. 109, p. 236-240, 2014. DOI: 10.1016/j.sbspro.2013.12.451.

DUKA, A. P. Paradigm of integrated risk management. **Scientific Bulletin of Polissia**, v. 12, n. 4, p. 131-136, 2017. DOI: 10.25140/2410-9576-2017-2-4(12)-131-136.

FERREIRA, A. G. C.; Bibliometria na avaliação de periódicos científicos. **Data Grama Zero - Revista de Ciência da Informação**, v. 11, n. 3, p. A05, jun. 2010.

FERREIRA, R. J. **Auditoria**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ferreira, 2004.

FILHO, L. C. C. A. **Auditoria**. 2007. 49f. Monografia de Pós-Graduação em Auditoria e Controladoria – Universidade Candido Mendes. Rio de Janeiro, 2007.

FRANCO, H.; MARRA, E. **Auditoria Contábil**: normas de auditoria, procedimentos e papéis de trabalho, programas de auditoria, relatórios de auditoria. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRAMLING, A. A.; RITTENBERG, L. E.; JOHNSTONE, K. M. **Auditoria**. Tradução da 7. edição norte-americana por Antonio Zoratto Sanvicente. 7. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

GUEDES, V. L. S.; BORSCHIVER, S. Bibliometria: uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento, em sistemas de informação, de comunicação e de avaliação científica e tecnológica. In: ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 6., jun. 2005, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2005.

HAMILTON, E. L. Evaluating the intentionality of identified misstatements: perspective can help auditors in distinguishing errors from fraud. ***Auditing: a Journal of Practice & Theory***, v. 35, n. 4, p. 57-78, nov. 2016. DOI: 10.2308/ajpt-5-1452.

HOOG, W. A. Z. **Filosofia Aplicada à Contabilidade**. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2007.

HOOG, W. A. Z.; CARLIN, E. L. B. **Manual de Auditoria Contábil das Sociedades Empresárias**: de acordo com o novo Código Civil Lei 10.406/2002. 1. ed. 4. tir. Curitiba: Juruá, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA – IBGC. **Guia de Orientação para Gerenciamento de Riscos Corporativos**. 2007. Disponível em: <<https://conhecimento.ibgc.org.br/Paginas/Publicacao.aspx?PubId=22121>>. Acesso em: 26 fevereiro 2019.

JUND, S. **Auditoria**: conceitos, normas, técnicas e procedimentos: teoria e 500 questões – estilo ESAF, UNB e outras. 1. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2001.

JUNIOR, C. M.; SOUZA, M. T. S.; PARISOTTO, I. R. S.; PALMISANO, A. As leis da bibliometria em diferentes bases de dados científicos. **Revista de Ciências da Administração**, v. 18, n. 44, p. 111-123, abr. 2016.

LASCANO, M. T. Management of organizational fraud risk and internal audit role. **Contabilidad y Negocios**, v. 13, n. 25, p. 57-69, 2018. DOI: 10.18800/contabilidad.201801.004.

LOPATINA, E. U.; TSELIH, C. N.; CHUGUNOVA, E. V.; OSTROVSKAYA, V. N. Managing risks of venture entrepreneurship. **Asian Social Science**, v. 10, n. 23, p. 191-198, jun. 2014. DOI: 10.5539/ass.v10n23p191.

MAGALHÃES, A. D. F.; LUNKES, I. C.; MÜLLER, A. N. **Auditoria das Organizações**: metodologias alternativas ao planejamento e à operacionalização dos métodos e das técnicas. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARC, M.; SPRICIC, D. M.; ZAGAR, M. M. Is enterprise risk management a value added activity? **E & M Ekonomie a Management**, v. 21, n. 1, p. 68-84, 2018. DOI: 10.15240/tul/001/2018-1-005.

MATRIZ GUT – Guia Completo. **Jorgenca – Blog Administração**. Disponível em: <<https://jorgenca.blogspot.com/2015/05/matriz-gut-guia-completo.html?sref=pi>>. Acesso em: 29 março 2019.

MEDEIROS, J. M. G.; VITORIANO, M. A. V. A evolução da bibliometria e sua interdisciplinaridade na produção científica brasileira. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v.13, n. 3, p. 491-503, set./dez. 2015.

MELLO, I. R.; BARBOSA, K. M. F.; DANTAS, J. A.; BOTELHO, D. R. 25 anos de publicação em auditoria: análise bibliométrica sob o ponto de vista da Lei de Lotka, Lei de Zipf e Ponto de Transição (T) de Goffman. **Revista de Estudos Contábeis**, Londrina, v. 8, n. 15, p. 45-65, jul./dez. 2017.

MYSKOVA, R.; DOUPALOVA, V. Approach to Risk Management Decision-Making in the Small Business. In: INTERNATIONAL SCIENTIFIC CONFERENCE: BUSINESS ECONOMICS AND MANAGEMENT. **Procedia Economics and Finance**, v. 34, p. 329-336, mai. 2015. DOI: 10.1016/S2212-5671(15)01637-8.

ORIGEM, Evolução e Desenvolvimento da Auditoria. **Classe Contábil**. Disponível em: <<https://classecontabil.com.br/origem-evolucao-e-desenvolvimento-da-auditoria/>>. Acesso em: 6 abril 2019.

OSTROWSKA, M.; MAZUR, S. Diversified Risk Management. In: 2nd GLOBAL CONFERENCE ON BUSINESS, ECONOMICS, MANAGEMENT AND TOURISM. **Procedia Economics and Finance**, v. 23, p. 615-621, out. 2014. DOI: 10.1016/S2212-5671(15)00370-6.

PAINO, H.; RAZALI, F. M.; JABAR, F. A. The influence of external auditor's working style, communication barriers and enterprise risk management toward reliance on internal auditor's work. In: 7TH INTERNATIONAL CONFERENCE ON FINANCIAL CRIMINOLOGY. **Procedia Economics and Finance**, v. 28, p. 151-155, abr. 2015. DOI: 10.1016/S2212-5671(15)01094-1.

SEVERO PEIXE, B. C.; ROSA FILHO, C. R.; PASSOS, G. A. Governança pública e accountability: Uma análise bibliométrica das publicações científicas nacionais e internacionais. **Revista Contemporânea de Contabilidade**. Florianópolis, v. 15, n. 36, p. 77-96, jul./set. 2018.

PEREIRA, J. S. R. **A Auditoria e a Gestão do Risco Empresarial**. 2012. 297f. Dissertação de Mestrado em Auditoria e Análise Financeira – Instituto Politécnico de Tomar. Tomar, 2012.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. D. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2013.

RAUPP, F.M.; BEUREN, I.M. **Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais**. In. BEUREN, I.M. (Org.). *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

REIS, E. A.; REIS I. A. **Análise Descritiva de Dados**. 2002. 64f. Relatório Técnico do Departamento de Estatística da UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais. Minas Gerais, 2002.

RISCOS Estratégicos: você sabe avaliar uma organização? **Vexia**. Disponível em: <<https://vexia.com.br/en/riscos-estrategicos-voce-sabe-avaliar-uma-organizacao-2/>>. Acesso em: 28 fevereiro 2019.

RODRIGUES, L. A.; TAVAR, C.; NOGUEIRA, G. M.; LIBRELOTTO, R. F. A bibliometria como ferramenta de análise da produção intelectual: uma análise dos hot topics sobre sustentabilidade. **Biblionline**, João Pessoa, v. 12, n. 3, p. 34-47, jul./set. 2016.

RONKKO, J.; PAANANEN, M.; VAKKURI, J. Exploring the determinants of internal audit: evidence from ownership structure. **International Journal of Auditing**, v. 22, n. 1, p. 25-39, mar. 2018. DOI: 10.1111/ijau.12102.

SANTOS, S. Q. Auditoria Interna de Gestão: seus reflexos e suas contribuições no processo decisório de uma concessionária de motocicletas, situada na cidade de Barreiras – Bahia. **Revista Científica Semana Acadêmica**. Fortaleza, 2017.

SHIN, I.; PARK, S. Integration of enterprise risk management and management control system: based on a case study. **Investment Management and Financial Innovations**, v. 14, n. 1, p. 19-26, mar. 2017. DOI: 10.21511/imfi.14(1).2017.02.

TOMAS, D.; TODOROVIC, I.; TODOROVIC, Z. The COSO framework and the organization of internal audit for fighting against fraud. **Casopis Za Ekonomiju i Trzisne Komunikacije**, v. 7, n. 2, p. 235-251, dez. 2017. DOI: 10.7251/EMC1702235T.

VANTI, N. A. P. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 152-162, mai/ago. 2002.

VELTER, F.; MISSAGIA, L. R. **Auditoria para Concursos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

YIN, R. K. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. Tradução autorizada da 2. ed. por Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZAMITH, J. L. C. **Gestão de Riscos e Prevenção de Perdas**: um novo paradigma para a segurança nas organizações. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.